Estudos Preliminares

Contratação de empresa para a prestação de serviços de sustentação de infraestrutura tecnológica e apoio à governança e gestão de TIC do PJMT.

Sumário

[1 ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (Art. 14) 4](#_Toc7083865)

[1.1 Contextualização 4](#_Toc7083866)

[1.2 Definição e Especificação dos Requisitos da Demanda (Art. 14, I) 8](#_Toc7083867)

[1.3 Soluções Disponíveis no Mercado de TIC (Art. 14, I, a) 8](#_Toc7083868)

[1.4 Contratações Públicas Similares (Art. 14, I, b) 11](#_Toc7083869)

[1.5 Outras Soluções Disponíveis (Art. 14, II, a) 13](#_Toc7083870)

[1.6 Portal do Software Público Brasileiro (Art. 14, II, b) 13](#_Toc7083871)

[1.7 Alternativa no Mercado de TIC (Art. 14, II, c) 13](#_Toc7083872)

[1.8 Modelo Nacional de Interoperabilidade – MNI (Art. 14, II, d) 13](#_Toc7083873)

[1.9 Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil (Art. 14, II, e) 13](#_Toc7083874)

[1.10 Modelo de Requisitos Moreq-Jus (Art. 14, II, f) 14](#_Toc7083875)

[1.11 Análise dos Custos Totais da Demanda (Art. 14, III) 14](#_Toc7083876)

[1.12 Escolha e Justificativa da Solução (Art. 14, IV) 16](#_Toc7083877)

[1.12.1 Descrição da Solução (Art. 14, IV, a) 19](#_Toc7083878)

[1.13 Alinhamento da Solução (Art. 14, IV, b) 20](#_Toc7083879)

[1.14 Benefícios Esperados (Art. 14, IV, c) 20](#_Toc7083880)

[1.15 Relação entre a Demanda Prevista e a Contratada (Art. 14, IV, d) 21](#_Toc7083881)

[1.16 CBO e Convenção Coletiva de Trabalho 26](#_Toc7083882)

[1.17 Requisitos Temporais (Art. 3, V) 26](#_Toc7083883)

[1.18 Adequação do Ambiente (Art. 14, V, a, b, c, d, e, f) 27](#_Toc7083884)

[1.19 Orçamento Estimado (Art. 14, II, g) 27](#_Toc7083885)

[2 SUSTENTAÇÃO DO CONTRATO (Art. 15) 27](#_Toc7083886)

[2.1 Recursos Materiais e Humanos (Art. 15, I) 27](#_Toc7083887)

[2.2 Descontinuidade do Fornecimento (Art. 15, II) 28](#_Toc7083888)

[2.3 Transição Contratual (Art. 15, III, a, b, c, d, e) 29](#_Toc7083889)

[2.4 Período de Estabilização 30](#_Toc7083890)

[2.5 Estratégia de Independência Tecnológica (Art. 15, IV, a, b) 30](#_Toc7083891)

[2.6 Direitos de Propriedade Intelectual e Autorais 31](#_Toc7083892)

[3 ESTRATÉGIA PARA A CONTRATAÇÃO (Art. 16) 31](#_Toc7083893)

[3.1 Natureza do Objeto (Art. 16, I) 31](#_Toc7083894)

[3.2 Parcelamento do Objeto (Art. 16, II) 31](#_Toc7083895)

[3.2.1 Subcontratação 33](#_Toc7083896)

[3.2.2 Do consórcio: 33](#_Toc7083897)

[3.3 Modalidade, Tipo de Licitação e Critérios de Habilitação 33](#_Toc7083898)

[3.3.1 Modalidade, Tipo de Licitação (Art. 18, § 3º, II, j, Resolução 182/2013-CNJ) 33](#_Toc7083899)

[3.3.2 Não aplicação da Lei Complementar n. 123/2006, alterada pela Lei Complementar n. 147/2014. 35](#_Toc7083900)

[3.4 Classificação e Indicação Orçamentária (Art. 16, V) 35](#_Toc7083901)

[3.5 Vigência Contratual (Art. 16, VI) 35](#_Toc7083902)

[3.6 Equipe de Planejamento e Apoio à Contratação (Art. 16, VII e VIII) 36](#_Toc7083903)

[3.7 Equipe de Fiscalização 37](#_Toc7083904)

[4 ANÁLISE DE RISCOS (Art. 17) 38](#_Toc7083905)

[4.1 Identificação dos Riscos (Art. 17, I) 38](#_Toc7083906)

[5 APROVAÇÃO DO ESTUDO PRELIMINAR 43](#_Toc7083907)

[Anexo A 44](#_Toc7083908)

[Lista de Potenciais Fornecedores 44](#_Toc7083909)

[Anexo B 48](#_Toc7083910)

[Contratações Públicas Similares 48](#_Toc7083911)

[Anexo C 55](#_Toc7083912)

[Tabela de Indicadores 55](#_Toc7083913)

[Anexo D 60](#_Toc7083914)

[Composição da formação de preços salariais dos profissionais 60](#_Toc7083915)

[Anexo e 67](#_Toc7083916)

[Orçamentos 67](#_Toc7083917)

# ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (Art. 14)

## Contextualização

O serviço de sustentação de infraestrutura de Tecnologia da Informação (TI) do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, é realizado através do Contrato nº 21/2014-TJ/MT (CIA nº 0046558-62.2014), que compreende a prestação de serviços de conectividade referente à administração de sistemas operacionais, servidores de e-mail, à servidores de aplicação, à infraestrutura de redes, à segurança e à administração de usuários, seus perfis de acesso, credenciais e demais aplicações relacionadas.

Ao longo dos últimos anos, o Departamento de Conectividade (DC) aprimorou sua estrutura de equipamentos, softwares e serviços mediante a aquisições como: Armazenamento de Dados (Storage), Antivírus, Aceleradores WAN, Aconselhamento imparcial, Certificados Digitais, Correio Eletrônico, *Firewall*, Link de Dados, Monitoramento, *No-break* para servidores, Rede sem fio, Servidores Blade UCS, *Switch*, Solução ADC, *Storage Library*, Solução de rede sem fio, VoIP.

Para atender a demanda de toda esta infraestrutura no contrato atual, estão alocados um total de 22 (vinte e dois) prestadores, executando serviços como os demonstrados na tabela de categoria abaixo para atender a um total estimado de 10.000 (dez mil) usuários internos ativos, e 18.000 (dezoito mil) usuários externos, do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso (PJMT). Estes 22 (vinte e dois) prestadores estão divididos em 05 (cinco) técnicos de informática, para ações de média complexidade, 15 (quinze) analistas de informática para ações de alta complexidade e 02 (dois) controladores de projetos, para ações de acompanhamento dos projetos.

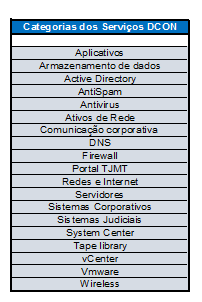


Figura 1 – Tabela de categoria de serviços DC

Para atendimento dos seus objetivos institucionais, o PJMT necessita de um ambiente de tecnologia da informação que dê suporte às diversas áreas finalísticas e administrativas de forma a suprir à demanda por um emprego intensivo da TI em seus processos de trabalho;

O Departamento de Conectividade é responsável pela administração dos equipamentos de rede, dos serviços de links da internet, e-mails, backups e segurança da informação no âmbito do Poder Judiciário.

Com a ampliação da estrutura dos equipamentos de rede, e dos diversos sistemas administrativos e judiciários implantados, gerou-se um aumento na demanda interna por novas soluções sistêmicas, bem como a necessidade de maior produtividade e qualidade na entrega de serviços e produtos de Tecnologia da Informação, concomitante com os atendimentos realizados pelo departamento, conforme podemos observar no gráfico abaixo:

**Figura 2 – Quantidade de chamados Departamento de Conectividade**

O quantitativo de chamados sofrem acréscimos e declínios, decorrentes de diversas razões, dentre as quais se destacam: a relação cada vez mais próxima entre os processos de negócio e a gestão da informação; a manutenção de uma base de dados corporativa íntegra e segura; a crescente necessidade de obtenção de informações precisas, confiáveis e em tempo hábil para suporte à tomada de decisão; a automação dos processos de trabalho objetivando sua celeridade e economicidade; as seguidas demandas de integração, migração ou atualização tecnológica de sistemas;

Os processos e fluxos de trabalho do PJMT se encontram informatizados e apoiados em sua infraestrutura de TI. O nível de informatização da Instituição lhe confere alta produtividade e eficiência na execução de suas ações.

O ganho alcançado pela Instituição com a informatização de seus processos de negócio gerou, por outro lado, uma alta dependência da Organização sobre a sua infraestrutura tecnológica, sistemas de informação e serviços de TI. Assim, a indisponibilidade dessa infraestrutura, pode colocar em risco o funcionamento da Instituição e impedir que a mesma preste os serviços públicos de sua responsabilidade.

O PJMT possui atualmente um parque computacional diversificado de equipamentos de informática, divididos em estações de trabalho, notebooks, ativos de rede local e wireless, servidores de rede físicos e virtuais e sistemas de armazenamento de dados, dentre outros, que são utilizados como concentradores dos serviços corporativos. A integração desse conjunto de soluções, por meio da utilização de softwares, sistemas e aplicativos, permite a obtenção dos diversos serviços que interligam a comunicação e subsidiam os trabalhos dos usuários do tribunal.

Muitas operações fundamentais para o funcionamento do PJMT estão fortemente relacionadas e dependentes dos serviços disponíveis em sua rede de computadores, de maneira que a indisponibilidade desses serviços produz impacto direto sobre o seu desempenho institucional.

A diversidade de produtos, funcionando de maneira integrada e interagindo com soluções providas por outros fabricantes de software, conferem alta complexidade ao ambiente, o que requer da equipe técnica um grande esforço no sentido de torná-lo íntegro e, tanto quanto possível, disponível para os usuários internos e externos ao PJMT, cujos trabalhos dependem do pleno funcionamento deste ambiente computacional.

Atualmente, o PJMT conta com uma complexa infraestrutura de TI composta por cerca de 36 (trinta e seis) servidores físicos e 578 (quinhentos e setenta e oito) servidores virtuais, redes de comunicação de alta velocidade, solução de virtualização de servidores, solução de armazenamento de cópias de segurança (backup), dois storages no site principal e um no backup, além de cerca de 376 (trezentos e setenta e seis) switches de interconexão e 9.000 (nove mil) estações de trabalho.

A Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CTI) disponibiliza aos usuários diversos serviços de TI, como os de conectividade à internet, acesso a sistemas e aplicativos, suporte a desktops e periféricos, serviço de atendimento ao cliente, backup e restore de dados, armazenamento de arquivos em rede, correio eletrônico, entre outros, além do serviço prestado aos usuários externos, como acesso aos sistemas nacionais centralizados (Processo Judicial Eletrônico-PJe), entre outros.

Além disto, o PJMT conta com cerca de 83 (oitenta e três) sistemas em produção que são suportados pela sua infraestrutura de TI.

No caso específico do segmento de informática, o processo de terceirização tem se acelerado nos últimos anos, em decorrência das normas legais, de orientações do TCU e do seu comprovado sucesso. Ele desonera as organizações dos altos custos de operação e manutenção da infraestrutura do ambiente de tecnologia da informação, especialmente quanto aos esforços diretos e indiretos de manutenção e para aperfeiçoamento de quadro de profissionais especializados nestas atividades. Ainda, possibilitará ao quadro técnico interno dedicar-se às principais tarefas definidas pelo DL 200/67, em seu Art. 10, par. 7º, quando determina que “A execução das atividades da Administração Pública Federal deverá ser amplamente descentralizada,” de forma a permitir ao servidor “[...] para melhor desempenhar das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução”.

Este departamento tem por competência manter operacionais os sistemas de informação e toda a rede de comunicação de dados que atende ao Tribunal, prestar serviço de atendimento as demandas dos usuários, bem como desenvolver as atividades de gestão, inovação e absorção de soluções de infraestrutura tecnológica provendo a devida modernização do parque tecnológico deste Tribunal.

Esta unidade é responsável ainda pela gestão e prospecção de novas soluções de infraestrutura tecnológica; pela instalação e configuração da rede de comunicação de dados e dos computadores corporativos; pela padronização e administração de sistemas operacionais e banco de dados, visando acima de tudo garantir a integridade das informações armazenadas, provendo alta disponibilidade do ambiente computacional a todos seus usuários.

É atualmente gestora de mais de 40 (quarenta) contratos e 04 (quatro) ARP, está atuando na elaboração de diversos projetos de contratação para este ano de 2019. A força de trabalho é composta apenas por 1(um) diretor, 3 (três) gerentes, 1 (um) chefe de divisão e 2 (dois) efetivos. Os demais profissionais são 22 (vinte e dois) terceirizados, responsáveis pelo suporte à infraestrutura tecnológica e suporte técnico aos usuários. As atividades de gestão de contratos, gestão de atividade e planejamento, juntamente com as atividades burocráticas inerentes são realizadas pela equipe da casa, enquanto que as atividades operacionais pela equipe terceirizada.

Além do mais, existe a necessidade de serviços no âmbito da governança de TI. A alta administração precisa garantir que as ações de TI estejam alinhadas com a estratégia do órgão, acompanhar o andamento dos principais projetos e das operações relacionadas à área, bem como prover recursos para que a mesma efetue as atividades de gestão adequadamente. Também deve cobrar da área de TI a demonstração de que os recursos disponibilizados estão sendo utilizados adequadamente.

A governança de TI envolve a avaliação da TI do órgão, a emissão das diretrizes relativas à TI e o acompanhamento da implementação dessas diretrizes, que inclui o monitoramento das contratações e da gestão dos respectivos contratos. Portanto, cabe à Coordenadoria de Tecnologia da Informação-CTI obter uma prestação de serviços que atendam a área de Governança de TIC, Gestão de Projetos e acompanhamento dos contratos existentes, para que possamos acompanhar a implementação das ações de TI. Ponderando esses quesitos, criamos um lote que irá atender a CTI através do apoio a governança e gestão de TIC.

Assim, verifica-se que o PJMT não dispõe de recursos humanos próprios e suficientes para a prestação dos serviços de sustentação de infraestrutura de TI, que são atividades de cunho estritamente técnico e especializado.

## Definição e Especificação dos Requisitos da Demanda (Art. 14, I)

A contratação pretendida deverá considerar os seguintes requisitos:

* Serviço técnico especializado baseado em níveis de serviço, medidos por indicadores, para a sustentação continuada do ambiente de infraestrutura tecnológica, de segunda à sexta-feira, de 06h00 as 22h00 e, quando necessário, fora dos dias e horários definidos, mediante prévio aviso ao Preposto da Contratada.
* Serviço técnico especializado baseado em níveis de serviço, medidos por indicadores, para a sustentação continuada do ambiente de infraestrutura tecnológica, poderá aos sábados, domingos e feriados, em regime de plantão telefônico de 24 horas sobre aviso e presencial das 13:00h as 17:00h;
* Profissionais capacitados e habilitados para a prestação dos serviços de Suporte e administração de servidores físicos e virtuais, serviços corporativos e armazenamento de dados; Suporte a infraestrutura de redes de dados (técnico); Apoio ao Suporte e administração de redes de dados; Suporte e administração de banco de dados; Suporte administração em segurança da informação; DevOps Especialista em desenvolvimento e operação de processos e ferramentas; Controle de projetos sênior e Controle de projetos pleno, conforme perfis estabelecidos neste estudo preliminar.
* Cada serviço é composto de ofertas de tarefas, sendo que cada uma delas corresponderá a um chamado, conforme exposto no Catálogo de Serviços (Anexo no Termo de Referência), que está configurado no sistema de gerenciamento de incidentes e requisições, disponibilizada pelo CONTRATANTE.

## Soluções Disponíveis no Mercado de TIC (Art. 14, I, a)

Por se tratar de um serviço, a presente contratação terá de se adaptar ao cenário do órgão contratante. Assim, foram analisadas as seguintes soluções:

**Solução 01:** Execução Direta

**Modelo 01** - Execução das atividades com o quadro atual de servidores efetivos do Departamento de Conectividade, entretanto este modelo não é funcional, visto que:

1. O quantitativo dos servidores se mostra totalmente insuficiente, em quantidade e qualidade, para abarcar as atividades operacionais existentes nesta área.
2. O Tribunal de Justiça de Mato Grosso não possui concurso público para a carreira de técnico judiciário ou analista judiciário com formação em Tecnologia da Informação, portanto os servidores efetivos designados para o DSI possuem múltiplos cursos de formação, não sendo específico na área de Tecnologia da Informação.
3. Consoante ao art. 13 da Resolução nº 211/2015 do CNJ, e seu Anexo – Foça de Trabalho de TIC, no qual demonstra o cálculo para determinar o quantitativo mínimo de servidores do quadro permanente, na Coordenadoria de Tecnologia da Informação- CTI do TJMT deveria ser de aproximadamente 131 servidores efetivos, e de no mínimo aproximadamente de 71 pessoas (comissionados e terceirizados), o que totalizaria em 202 pessoas a ser/estar disponibilizadas.

**Modelo 02** - Ampliação do quadro de servidores efetivos. Neste caso, o impedimento ocorre pelos seguintes fatores:

1. O alto custo, tendo em vista que os salários dos servidores de carreira são substancialmente maiores do que os salários praticados no mercado de TI, quando comparados às mesmas atividades desenvolvidas.
2. No momento o concurso público vigente permitiu a nomeação de 6 novos servidores com formação na área de Administração para suprir necessidades de demandas de cunho estratégico, porém não são mão de obras de cunho técnico.

**Solução 02:** Execução Indireta (Terceirização dos Serviços)

Abaixo, demonstraremos os modelos de remunerações para a terceirização dos serviços, com as características de cada um:

**Modelo de remuneração 01:** Contratação por postos de trabalho. Neste modelo de contratação emprega-se a alocação de postos de trabalho, em que os técnicos, em quantidade determinada, são inseridos no órgão para prestar os serviços. Entretanto pela Instrução Normativa nº 04/2014[[1]](#footnote-2) a regra é não contratar por postos de trabalho alocados, salvo nos casos justificados mediante a comprovação obrigatória de resultados compatíveis com o posto previamente definido (art. 15, § 3º).

**Modelo de remuneração 02:** Delegação de tarefas com medição de resultados.

Neste modelo de contratação os serviços de TI são baseados na mensuração de resultados estipulados através de tarefas que não podem ser estimadas dentro de um catálogo de serviços, pois a CTI não dispõe de elementos e dados suficientes para planejar todos os prazos e funções necessárias. Com a utilização desse modelo é possível acompanhar a prestação de serviços, identificar deficiências e não conformidades que prejudiquem a qualidade, e consequentemente, definir ajustes necessários aos processos de trabalho.

O pagamento é realizado mensalmente somente após a aferição de resultados. Ou seja, um modelo de contratação que prioriza a adoção de regime de execução com base em unidade de medida que permita a quantificação do serviço a ser contratado e a posterior medição dos resultados proporcionados pela contratada.

**Modelo de remuneração 03:** Prestação de serviços por preço variável, remuneração baseada somente no uso da métrica de Unidade de Serviço Técnico (UST) ou Chamados: Neste modelo, a CONTRATANTE fornece o Catálogo de Serviços, especificando as ofertas com classificações de complexidade e tempo de execução. De acordo com a classificação realizada, cada oferta de serviço possui uma respectiva quantidade de Unidade de Serviço Técnico (UST), adotando-se a metodologia de construção de Acordo de Nível de Serviço – ANS. Assim, para adoção do ANS, é preciso que exista critério objetivo de mensuração, preferencialmente pela utilização de ferramenta informatizada, que possibilite à Administração verificar se os resultados contratados estão sendo realizados nas quantidades e qualidades exigidas, adequando o pagamento aos resultados efetivamente obtidos.

## Contratações Públicas Similares (Art. 14, I, b)

Após pesquisa na Internet, foram encontrados os editais de Pregões Eletrônicos a seguir especificados e constantes do Anexo B deste Estudo Preliminar:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Código UASG** | **Órgão** | **Pregão** | **Objeto** | **Modelo de Prestação** | **Valor global** | **Fornecedor** |
| 90026 | Conselho da Justiça Federal | PE nº 45/2014  (Contrato nº 002/2015) | Contratação de empresa especializada para a prestação do serviço técnico de sustentação do ambiente de Tecnologia da Informação (TI). | Delegação de tarefas (com indicativo de salário e IMR) | R$ 5.721.200,00 | Algar TI Consultoria S/A |
| 150002 | Ministério da Educação | PE nº 4/2017 | Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de operação, manutenção, administração e sustentação de serviços de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicações – TIC do Ministério da Educação – MEC. | Delegação de tarefas (com indicativo de salário e IMR) | R$ 5.699.917,92 | Memora Processos Inovadores S.A. |
| 40003 | Conselho Nacional de Justiça | PE nº 24/2015 (Contrato nº 33/2015) | Contratação de serviço técnico especializado para a sustentação do ambiente de infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do CNJ. | Delegação de tarefas (com indicativo de salário e IMR) | R$ 2.989.999,31 | Algar TI Consultoria S/A |
| 200248 | Ministério da Justiça | PE nº 25/2016 | Pregão Eletrônico - Prestação de serviços técnicos continuados na área de Tecnologia da Informação, de suporte técnico a usuários (Service Desk) e de sustentação da infraestrutura dos Centros Integrados de Comando e Controle Regionais (CICCR). | Delegação de tarefas (com indicativo de salário e IMR) | R$ 3.367.683,96 | Vert Soluções em Informática LTDA. |
| 90027 | Tribunal Regional Federal | PE nº 45/2017  (Contrato nº 51/2017) | Contratação de serviços técnicos especializados na área de Tecnologia da Informação TI para sustentação da infraestrutura de TI do Tribunal Regional Federal da Primeira Região e de suas seções e subseções judiciárias. | Medição de Resultados – IMR. | R$ 1.576.998,96 | Digisystem Serviços Especializados LTDA. |
| 280101 | Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços | PE Nº 20/2016 | Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de apoio técnico especializado à governança e à gestão da Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC), de forma a obter melhoria da eficiência dos processos de TIC, especialmente, nas áreas de: governança de TIC, gerenciamento de dados e informações, gestão de projetos, métrica de software, teste e qualidade de software, auditoria e conformidade, gestão de serviços - infraestrutura, gestão de segurança da informação e comunicações, conteúdo web e arquitetura de software, | Unidade de Serviço Técnico (UST) | R$ 1.704.943,80 | Confidere Informática e Serviços LTDA e Cast Informática S/A |
| 925007 | Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso | PE nº 01/2014 | Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de conectividade em tecnologia da informação referente à administração de sistemas operacionais, à administração de servidores de e-mail, à administração de servidores de aplicação, à infraestrutura de redes, à segurança e à administração de usuários, seus perfis de acesso, credenciais e demais aplicações relacionadas, mediante solicitação de execução pelo Departamento de Conectividade, da Coordenadoria de Informática do Tribunal de Justiça de Mato Grosso. | Delegação de tarefas (com indicativo de salário e IMR) | R$ 3.574.280,64 | DSS Serviços de Tecnologia da Informação LTDA. |

## Outras Soluções Disponíveis (Art. 14, II, a)

Não há contexto em que se possa considerar a continuidade das atividades desta coordenadoria sem a contratação pretendida, já que realizar o serviço internamente, sem terceirização, é impraticável nas atuais condições, dado o quadro reduzido de servidores da Coordenadoria de Tecnologia da Informação - Departamento de Conectividade-DC e incompatibilidade entre as atividades desempenhadas.

Com relação à mão-de-obra, o quadro de servidores/efetivos do Departamento de Conectividade-DC do PJMT, apesar de ter aumentado nos últimos anos, ainda não é suficiente para o atendimento de uma alta demanda como a definida nestes estudos. Ainda que o Departamento de Conectividade-DC dispusesse de quadro próprio suficiente para o atendimento da demanda de atendimento aos usuários de TIC, as atribuições dos servidores não englobam atividades técnicas típicas de atendimento aos usuários, o que torna incompatível o modelo.

 Considerando também, a orientação Político-Administrativa Brasileira –Decreto 9.507/2018- que determina à Administração Pública que as tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle, bem como as atividades de alto nível devam ficar sob a responsabilidade de servidores do quadro permanente do órgão, sendo que as tarefas acessórias e complementares devem ser, sempre que possível executadas de forma indireta.

## Portal do Software Público Brasileiro (Art. 14, II, b)

Não se aplica ao contexto destes Estudos Preliminares, uma vez que a demanda está relacionada à contratação de serviços de infraestrutura e não de aquisição de solução de *software*.

## Alternativa no Mercado de TIC (Art. 14, II, c)

Não há alternativa no mercado de TIC que não as já explicitadas neste Estudo Preliminar, nos itens 1.3.

## Modelo Nacional de Interoperabilidade – MNI (Art. 14, II, d)

Não se aplica ao contexto destes Estudos Preliminares, uma vez que a demanda está relacionada à contratação de serviços de infraestrutura e não de aquisição de solução de *software*.

## Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil (Art. 14, II, e)

Não se aplica ao contexto deste Estudo Preliminar, vez que a demanda está relacionada com a contratação de serviços, o qual não apresenta relação direta com sistema de chaves públicas.

## Modelo de Requisitos Moreq-Jus (Art. 14, II, f)

Não se aplica ao contexto destes Estudos Preliminares, uma vez que a demanda está relacionada à contratação de serviços de infraestrutura e não de aquisição de solução de *software*.

## Análise dos Custos Totais da Demanda (Art. 14, III)

Os serviços de sustentação de infraestrutura tecnológica são comercializados no mercado de TIC por meio de pagamentos mensais.

Alguns órgãos realizaram contratações similares utilizando indicadores de qualidade para aferição dos níveis de serviço acordados. Nessa modalidade, a contratada tem a incumbência de dimensionar o esforço necessário para o atendimento dos níveis de serviço estabelecidos, utilizando como principal insumo, as informações prestadas pelo Contratante sobre o ambiente computacional no qual o serviço será prestado.

Assim, os recursos necessários para o atendimento do objeto são diretamente proporcionais aos níveis de serviço estabelecidos pelo Contratante e às especificações de seu ambiente de infraestrutura tecnológica, principalmente no que tange ao quantitativo de usuário, variedade de aplicativos e abrangência das tecnologias utilizadas. A intenção desta contratação é utilizar este modelo de medição do serviço.

Além das informações do ambiente de infraestrutura tecnológica, outro custo que estará diretamente ligado ao valor global da proposta vencedora do certame e aos níveis de serviço exigidos, são os insumos de mão-de-obra. Os principais custos da empresa contratada serão direcionados para o pagamento dos profissionais que prestarão o serviço.

Assim, para facilitar esta análise de custos inicial, iremos nos ater a vertente dos insumos de mão-de-obra. Entende-se que, estimar o custo total da mão-de-obra do contrato será o suficiente para embasarmos os custos totais da demanda tratada por este Estudo Preliminar.

Para a demonstração dos custos da nova contratação, no Anexo D – Composição da formação de preços salariais dos profissionais, demonstramos como chegamos no valor da remuneração dos profissionais, baseada em diversas fontes conceituadas de guias salariais e contratações públicas similares. No Anexo E, constam os orçamentos com a projeção dos salários, de acordo com o aumento exigido no perfil profissional.

Percebeu-se durante a contratação atual, que houve certa rotatividade dos profissionais, influenciada pelo valor salarial praticado, que possivelmente não seja a adequada para o nível de qualificação exigido, ante o que demonstrou a pesquisa de mercado. Essa rotatividade deve se tornar ainda maior na contratação ora pretendida, pois teve de ser efetuada alterações, para mais, nos requisitos profissionais exigidos, visando contratação de melhores e mais qualificados perfiz, além de experiência em atendimento técnico, com as melhores práticas de funcionamento de um ambiente de infraestrutura de TI, alinhada às metodologias atuais de gerenciamento de serviços de TIC e certificações para cada área específica.

Sabe-se que profissionais melhores capacitados e, portanto, mais raros no mercado atual, demandam um salário superior, ou, caso contratados com os salários praticados atualmente, permaneceriam na empresa por um curto período e logo receberiam propostas salariais superiores, aumentando a rotatividade, efeito que se pretende diminuir com esta contratação.

Esta necessidade é, também, fruto de análise da operação do Contrato nº 21/2014, desde o seu início, em abril de 2014, até o momento atual. O não conhecimento especializado dos profissionais das melhores práticas em Gerenciamento de Serviços de TIC e do funcionamento do ambiente de infraestrutura de TI, traz problemas diretos para a operação, como demora no tempo de adaptação do profissional aos processos de trabalho. Este problema, em específico, é agravado, novamente, pela alta rotatividade da equipe que vem ocorrendo durante toda a vigência contratual.

Elaboramos a tabela abaixo com os dados dos profissionais que se desligaram durante toda a vigência do contrato até o momento, e nos deparamos com a informação que rotatividade de 129,3%, ou seja, todos os cargos já sofreram desistência dos profissionais. Portanto, a estipulação de valores salariais mínimos na contratação se mostra necessária para manter profissionais a contento com os serviços a serem prestados ao PJMT.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Quantidade de profissionais que saíram do Contrato 21/2014 anualmente | | | | | | | | | |
| Contrato n. 21/2014 | **Qtde de cargos inicial** | **2014** | **2015** | **2016** | **Qtde de cargos após aditivo** | **2017** | **2018** | **2019** | **TOTAL** |
| Controlador de Projetos | 2 | 0 | 2 | 0 | 2 | 0 | 1 | 0 | 3 |
| Administrador de Redes | 12 | 2 | 3 | 1 | 15 | 2 | 4 | 3 | 15 |
| Técnico de Redes | 4 | 1 | 1 | 1 | 5 | 2 | 2 | 1 | 8 |
| Total | **18** | **3** | **6** | **2** | **22** | **4** | **7** | **4** | 26 |
| Porcentagem de rotatividade | 100% | 16,7% | 33,3% | 11,1% | 100% | 18,2% | 31,8% | 18,2% | 129,3% |

Dessa forma, foi necessário melhorar os perfis profissionais, classificando-os com níveis pleno, sênior e especialista, do mesmo modo que as empresas de grandes portes atuam. Neste modelo, conseguimos garantir a gestão de multiespecialista, os quais desempenharão funções de acordo com seu conhecimento e experiência, contribuindo para um processo de gestão de infraestrutura corporativa com mais robustez e inovação.

Com base nas pesquisas realizadas neste Estudo Preliminar, os valores salariais praticados no mercado atual para os profissionais de tecnologia da informação, com as exigências ora solicitadas, são superiores aos que efetuamos neste estudo, justamente por conta da qualificação.

Contudo, em função de reuniões realizadas com a Coordenadoria de Planejamento, deparamos com a necessidade de readequação dos salários, já que previsão de receita não vem performando como desejado, ante o cenário econômico atual nacional e, em específico deste Estado, de forma que nos fora orientado ter cautela quanto o aumento de gastos com despesas continuadas.

Desta feita, a atual estratégia de contratação para o Lote 1 será por 12 (doze) meses, para que, nesse ínterim, se possa acompanhar a evolução orçamentária/financeira do PJMT e, conforme for, demandar novamente, com a melhora dos salários agora colocados, conforme o mercado demonstra.

Ademais disso, a CTI planeja mudança futura do modelo de contratação para serviços, o que vem a calhar com o prazo 12 meses, pois, como o mercado está inovando neste modelo, estamos na espera de nova solução se que consolide, para, então, definirmos qual a melhor estratégia a ser seguida.

Diante destas circunstâncias, no Lote 1, reestruturamos os perfis profissionais, aumentando o valor salarial dos cargos com maior experiência profissional, cursos e certificações, ainda que aquém do esperado; já no Lote 2, diminuímos o quantitativo de postos, além de nivelar outros, de forma a minimizar os valores salariais, além de redução nos anos de experiência e remoção de certificações.

Para o serviço da Contratada realizado dentro do ambiente da Contratante, a mesma deverá fornecer headsets para os técnicos de atendimento envolvidos na prestação de serviços, e aparelho celular individualizado para o Preposto, Supervisor e Plantonista com a respectiva linha de comunicação.

Pertinente ao custo de viagem técnica, determinamos um custo fixo a ser dimensionado durante a vigência contratual, para viagens a serem realizadas contratualmente.

No termo de referência, Anexo F- Reembolso de despesas com deslocamento, que ocorrerá nos termos que dispõe a Convenção Coletiva vigente da categoria na época, ou, caso não possua valor correspondente a diária, ficará estabelecido o valor de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais). Este valor foi determinado com o seguinte fundamento:

1. Considerando o valor de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) já praticado para diária de outra categoria que realizará o deslocamento para as comarcas;
2. Considerando que a convenção coletiva do SINDPD-MT não possui esta temática com valor;
3. Considerando que a Portaria n. 511/2019-PRES veda o pagamento de diárias para terceirizados;
4. Considerando que atualmente, o valor da diária paga aos servidores do PJMT é de R$ 270,10 (duzentos e setenta reais e dez centavos).

## Escolha e Justificativa da Solução (Art. 14, IV)

Conforme já explicitado na contextualização desta contratação, o Departamento de Conectividade- DC –não dispõe de quadro permanente de servidores deste PJMT para o desempenho das funções embarcadas nos contratos atuais.

Das soluções apresentas no Item 1.3 – Soluções Disponíveis no Mercado abaixo esclarecemos porque os modelos de remunerações 01 e 03 não estão condizentes com nosso cenário de infraestrutura:

**Modelo de remuneração 01**: Contratação por postos de trabalho. Neste modelo de contratação emprega-se a alocação de postos de trabalho, sem a medição de resultados. Ou seja, será pago o valor integral dos salários independentemente se os postos estão trabalhando a contento ou não.

**Modelo de remuneração 03**: Prestação de serviços por preço variável, remuneração baseada somente no uso da métrica de Unidade de Serviço Técnico (UST) ou Chamados:  Neste modelo, a CONTRATANTE fornece o Catálogo de Serviços, especificando as ofertas com classificações de complexidade e tempo de execução. Entretanto, a presente solução não é viável, pois atualmente a CTI não dispõe de elementos e dados suficientes (prazos para atendimento, critérios para priorização, número real de atendimentos realizados, dentre outros) para planejar esse modelo de contratação, tampouco de recursos humanos necessários para fiscalização.

Modelo de contratação de serviços com remuneração unicamente por uso da métrica de Unidades de Serviço Técnico (UST), mostra-se ineficiente pois não gera resultados ou produtos aferíveis pela Contratante. Neste modelo a contratada recebe exclusivamente pela quantidade de incidentes e problemas resolvidos sem se preocupar com a melhoria de sua eficiência na prestação dos serviços.

Assim, a contratação ora pretendida parte da premissa de que está é a mais adequada das alternativas a curto e médio prazo para o atendimento das necessidades do TJMT. Portanto, não visualiza-se outra solução a não ser a contratação do serviço especificado nestes Estudos Preliminares.

Os motivos para que estas atividades sejam realizadas geralmente por empresas contratadas, variam desde o custo: o “preço” final pago por cada profissional dedicado para as atividades em questão, geralmente é bem inferior ao custo de um servidor público, que pode ser utilizado em atividades que precisem ser desempenhadas por profissionais do órgão, ou atividades mais complexas e gerenciais; À melhor gestão da equipe: identificou-se em situações em que os próprios servidores desempenharam as atividades de atendimento técnico de segundo nível direto ao usuário, um aumento na insatisfação da equipe, uma vez que servidores com o mesmo cargo podem atuar em atividades com menor nível de exigência intelectual do que outros.

Cabe ressaltar que as atividades de atendimento aos usuários, apesar de proporcionarem um serviço de natureza continuada para o TJMT, não fazem parte do rol de atribuições dos cargos de servidores (SDCR) do Tribunal, sendo, portanto, passível de terceirização.

Desta forma, o modelo de terceirização é adequado ao escopo da contratação pretendida, desde que sejam bem definidas formas de mensuração do desempenho da contratada na prestação do serviço. A intenção desta contratação é utilizar Instrumento de Medição de Resultados para os serviços contratados, assim podemos mensurar os pontos relevantes no serviço prestado, de modo que o pagamento mensal seja condicionado de acordo com o atingimento das metas estipuladas.

O modelo de contratação por serviço baseado na entrega de seus indicadores e resultados foi escolhido pois permite definir medição através do Instrumento de Medição de Resultados (IMR) que garantam a qualidade desejada, como por exemplo, tempos para atendimento ao usuário e metas para instalação de atualizações de segurança em estações de trabalho.

Com a utilização desse modelo é possível acompanhar a prestação de serviços, identificar deficiências e não conformidades que prejudiquem a qualidade e, consequentemente, definir ajustes necessários aos processos de trabalho e implementar ações para a melhoria contínua.

O modelo permite ainda, com base no IMR, definir descontos progressivos nos pagamentos, proporcionais aos serviços não entregues através da análise de indicadores como índices de atendimentos concluídos no prazo acordado, resolução de incidentes de criticidade alta, disponibilidades de ferramentas, disponibilidade de rede de dados, e outros.

Os usuários podem ser atendidos mais rapidamente e a infraestrutura da microinformática pode ser monitorada com mais precisão permitindo minimizar a incidência de falhas e indisponibilidades ou eventuais interrupções das atividades.

Essas características evidenciam que o modelo de contratação por serviço baseado na entrega de resultados é a solução mais vantajosa para a Administração.

A força de trabalho dos servidores do Departamento de Conectividade – DC está focada em atividades de planejamento, coordenação e controle. Assim, as atividades de sustentação do ambiente de infraestrutura tecnológica são prestadas por profissionais terceirizados, por meio do Contrato TJMT nº 21/2014. Considerando que o contrato atual tem término de vigência previsto para abril de 2019, e foi prorrogado excepcionalidade por 12 meses ou até que o procedimento licitatório referente ao Pregão n 78/2018 seja concluído, sem possibilidade de nova prorrogação, e sendo os serviços prestados nele imprescindíveis ao pleno funcionamento dos recursos tecnológicos providos pelo Departamento de Conectividade - DC da Coordenadoria de Tecnologia da Informação, é evidente a necessidade de nova contratação para atender com eficiência os clientes que necessitam do Poder Judiciário de Mato Grosso.

Cabe ressaltar que as atividades a serem desenvolvidas pelos prestadores de serviços serão nas dependências do TJMT, o que nos remete para a necessidade de estabelecer meios de garantia do pagamento dos encargos sociais e trabalhistas pela Contratada, conforme dispõem as Resoluções CNJ nº 169/2013 e 183/2013.

Contudo, o controle e o acompanhamento das atividades executadas ficarão sob a responsabilidade da própria Contratada, mediante a disponibilização de um supervisor, uma vez que os serviços serão pagos mediante resultados efetivamente alcançados pela Contratada.

       Sendo assim, sugere-se a contratação de Delegação de tarefas com medição de resultados para os Lotes 1- Apoio Técnico de TIC e 2- Apoio à Governança e Gestão de TIC, em razão da especificidade dos atendimentos e dos serviços que serão prestados.

A adoção deste modelo facilitará a contabilização dos serviços, definição do grau de complexidade dos atendimentos, tempo e periodicidade de demanda. Com as informações do cenário atual, permitirá à pretendente programar-se quantos aos recursos técnicos necessários de acordo com as futuras demandas e suas especificidades, preparando assim as estratégias necessárias para atendimento e suporte exigidos.

Por fim, em ressalva sobre o modelo com delegação de tarefas com medição de resultados observou-se as contratações públicas similares, em especial a realizada pelo Ministério da Educação – ME - Pregão Eletrônico 4/2017, Conselho Nacional de Justiça –CNJ- Pregão Eletrônico 24/2015 e Conselho da Justiça Federal- CJF- Pregão Eletrônico 45/2014. Em leitura do edital bem como do Termo de Referência dos referidos Pregões, constatou-se que houve a indicação de remuneração mínima para os técnicos a serem contratados, em nítido objetivo de nivelamento  entre os profissionais a serem disponibilizados, bem como para a conveniente e necessária diminuição da rotatividade dos profissionais dedicados à sustentação de sistemas estratégicos, nos quais atendimento deve ser ágil e célere, pressupondo conhecimento acerca de sistemas e infraestrutura existentes.

De fato, para os profissionais de sustentação não será bastante ter um elevado grau de conhecimento técnico (aferido mediante certificados) para ter o desempenho desejado em suas atribuições. A verificação da experiência prévia desses profissionais também não é tarefa fácil somente mediante currículo por tratar-se de conhecimentos tácitos dependentes da personalidade e intensidade de suas vivências.

 Assim, considerando que a aquisição de experiência por novos profissionais em nossas instalações, será sempre penosa e onerosa para o PJMT e serão pagas com desempenho inferior de toda a equipe em que o profissional for alocado, até que sua curva de aprendizado sobre nossos sistemas e nossa infraestrutura dispense acompanhamento e supervisão de outros técnicos, faz-se, como no ME, CJF e CNJ, a opção pela fixação de remunerações mínimas para o modelo remunerado por delegação de tarefas, como forma de prevenir a evasão excessiva dos técnicos e analistas envolvidos no projeto.

A contratação permitirá que o PJMT exerça uma Gestão de TI mais eficiente e contribuirá de maneira decisiva para a qualidade da prestação jurisdicional, já que os usuários do PJMT poderão beneficiar-se dos recursos computacionais de modo mais seguro e produtivo.

Com a experiência no contrato atual, foi observado a necessidade de incluir o atendimento e disponibilização de serviço nos plantões, e dar continuidade no serviço que já tínhamos de viagens técnicas. Para suprir essa necessidade existente, será planejado cota para cada vigência contratual para a realização de plantões e viagens técnicas.

Nesse sentido, cabe esclarecer que a presente contratação segue os preceitos contidos na jurisprudência do TCU, onde constata-se que a definição de níveis de serviço exigidos com metas de prazo, de qualidade e de produtividade aliada ao uso de indicadores e métricas, possibilitam ao Contratante dispor de meios para a adequada avaliação do serviço prestado pela Contratada. Desse modo, a remuneração da empresa fica vinculada ao cumprimento do nível de serviço determinado no contrato e em consonância com o paradigma de pagamento por resultados, evitando-se, assim, a efetivação de pagamentos por esforço somente, a exemplo do homem-hora ou da mera disponibilidade de prestadores.

Diante do exposto e considerando a importância da sustentação da infraestrutura de TI para suporte aos sistemas de informação, aliado à atual deficiência no quadro de servidores de TI do TJMT, torna-se essencial para o adequado funcionamento desse ambiente, a contratação dos serviços continuados de sustentação do ambiente de infraestrutura de TI.

### Descrição da Solução (Art. 14, IV, a)

Prestação continuada de serviços técnicos especializados para a sustentação do ambiente de infraestrutura de tecnologia da informação do Poder Judiciário de Mato Grosso, durante 30 (trinta) meses, prorrogáveis conforme possibilidades definidas na Lei nº 8.666/1993.

Os serviços a serem prestados compreende as seguintes modalidade: Suporte e administração de servidores físicos e virtuais, serviços corporativos e armazenamento de dados; Suporte a infraestrutura de redes de dados (técnico); Apoio ao Suporte e administração de redes de dados; Suporte e administração de banco de dados; Suporte administração em segurança da informação; DevOps Especialista em desenvolvimento e operação de processos e ferramentas; Controle de projetos sênior e Controle de projetos pleno, conforme perfis estabelecidos neste estudo preliminar.

As modalidades devem ser prestadas por equipes dotadas de competências técnicas especializadas, e que devem buscar, de forma conjunta e compartilhada, o alcance das seguintes vertentes:

* Solucionar, de forma precisa e conforme prazos estabelecidos, as demandas pertencentes ao escopo de atividades delegadas por esta contratação;
* Permitir que grupos especializados concentrem sua atuação em atividades que proporcionem maior fluxo de valor à instituição, tais como:

1. Entrega de novos serviços de TIC;
2. Aperfeiçoamento dos serviços de TIC existentes;
3. Solução de demandas de maior complexidade.

* Encaminhar aos grupos especializados de suporte e administração, após o devido registro e diagnóstico, tão somente as demandas que de fato exijam sua atuação.

## Alinhamento da Solução (Art. 14, IV, b)

Atender as metas do Planejamento Estratégico Participativo (PEP) e Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI);

PEP**4.2** e PAPEP**4**:

* **Tema:** Segurança e suporte dos serviços e das informações.
* **Objetivo Estratégico:** Garantir confiabilidade, integralidade e disponibilidade das informações, serviços e sistemas. Propiciar mecanismos inovadores e alinhados com as melhores práticas do mercado para garantir a segurança das informações do PJMT, bem como serviço de suporte adequado.
* **Iniciativa Estratégica:**Contratação de empresa para a prestação de serviços de sustentação da sua infraestrutura tecnológica.
* **Projeto:**Segurança e suporte dos serviços e das informações.
* **Justificativa:**Assegurar a continuidade e excelência dos serviços prestados pela equipe de conectividade do PJMT.
* **Plano de contratação TIC – 2019**: Esta ação está prevista no Plano de Contratações de 2019, item 4, Crítico – Serviços terceirizados de conectividade.

## Benefícios Esperados (Art. 14, IV, c)

* Manter o ambiente de infraestrutura tecnológica do PJMT em pleno funcionamento, garantindo a continuidade dos serviços prestados pelo Departamento de Conectividade;
* Garantir o atendimento e solução de problemas de infraestrutura lógica do PJMT;
* Assegurar a segurança de dados e informações na rede lógica do PJMT;
* Garantir o atendimento as unidades judiciárias quando apresentarem problemas na infraestrutura lógica ou de servidores-equipamentos;
* Assegurar a confiabilidade e o bom funcionamento dos servidores-equipamentos e da sala segura do PJMT;
* Assegurar o cumprimento da resolução 211/2015 do Conselho Nacional de Justiça;
* Melhora no desempenho dos servidores do Departamento de Conectividade em atividades de planejamento e gestão, contribuindo para a melhoria do processo de governança de TIC.
* Flexibilidade e agilidade no desenvolvimento e execução de projetos na área de informática.
* Apoio ao quadro de servidores da CTI em prospecção de novas soluções de tecnologia da informação;
* Apoio ao quadro de servidores da CTI em definição de metodologias, definição de diretrizes, normativos e projetos.
* Internalização das melhores práticas de gestão e execução de serviços na área de TIC e melhoria do nível de segurança da informação no âmbito da rede, sistemas e dados pertencentes ao acervo tecnológico do PJMT;

## Relação entre a Demanda Prevista e a Contratada (Art. 14, IV, d)

O dimensionamento do serviço a ser contratado considera o atendimento integral das demandas atuais do TJMT no que tange à sustentação do seu ambiente de infraestrutura tecnológica, que atualmente são atendidas pelo Contrato nº 21/2014-TJ/MT.

A quantidade de colaboradores que prestam serviço de atendimento por meio contrato atual, foi mensurado de acordo com as demandas existentes, quando da sua confecção. Considerando as expansões dos serviços disponibilizados pelo Departamento de Conectividade, a exemplo – as implantações do sistema PJe, tornou-se perceptível que as quantidades atuais de técnicos não assimilam o volume de solicitações existentes. Abaixo, demonstraremos através dos gráficos, a quantidade de atendimentos realizados pelas equipes nos últimos 4 (quatro) anos:

* **Equipe de atendimento Nível 2:**
* **Equipe de atendimento Nível 3- Segurança:**
* **Equipe de atendimento Nível 3- Redes:**

O quantitativo de chamados sofrem acréscimos e declínios, decorrentes de diversas razões, dentre as quais se destacam: a relação cada vez mais próxima entre os processos de negócio e a gestão da informação; a manutenção de uma base de dados corporativa íntegra e segura; a crescente necessidade de obtenção de informações precisas, confiáveis e em tempo hábil para suporte à tomada de decisão; a automação dos processos de trabalho objetivando sua celeridade e economicidade; as seguidas demandas de integração, migração ou atualização tecnológica de sistemas.

Um alto volume de incidência de atendimentos não é meta da TI. Na verdade, um alto volume de incidência de chamados mostra ineficiência na entrega dos serviços prestados. O que se quer dizer com isso é que um número maior de bons profissionais faz com que a volumetria de chamados sofra impacto para menor, já que esses bons profissionais trabalham para não ocorrer o problema, ou, quando de sua ocorrência, trabalham de pronto, de imediato, de modo a minimização do transtorno. Assim, quanto mais profissionais trabalhando para não ocorrência do problema, menor o número de chamados.

Ocorre que para esse número melhore ainda mais, são necessários técnicos mais robustos e mais estruturados, já que da maneira atualmente contratada existe inúmeros gargalhos que atrapalham o ataque na solução do problema, ficando, apenas, no âmbito de apagar incêndio.

Não é porque os números de chamados diminuíram que o quantitativo de profissionais deve minorar. A conta é inversa. Quanto mais e bons profissionais, menor o número de chamados, que quer dizer melhor atendimento do cliente, menos problemas.

Desde a última contratação, 2014, diversos novos serviços foram apresentados aos clientes internos e externo, sendo o maior eles o PJe, sendo falar do BI, dentre outros. Para tratar esses tantos sistemas, que não existiam quando da contratação dos idos de 2014, baixando o índice de chamados, é justo afirmar que o quantitativo de profissionais e seus currículos devem ser maiores e melhores.

Portanto, para mantermos todo esse parque de infraestrutura necessitamos de processos de trabalhos segmentados para provermos a disponibilização dos serviços de TI, deste modo estão sendo elaborados e implantados no departamento as seguintes metodologias:

1. Processos de Comunicação de Indisponibilidade;
2. Revisão do processo da Política de Segurança da Informação;
3. Processo de Gerenciamento de Disponibilidade de TIC;
4. Processo de Gerenciamento de Capacidade de TIC;
5. Processo de Gerenciamento de Eventos;
6. Processo de Ativos de Infraestrutura e de telecomunicações;
7. Processo de Gerenciamento de Continuidade de Serviço;

Para mantermos estes processos, necessitamos de profissionais qualificados para atenderem as diferentes tecnologias implantadas nos últimos anos, em razão de contratações como: solução de computação em nuvem (VCLOUD), software de atendimentos e monitoramento, servidores blade, firewall, acelerador wan, storage para as comarcas, links de dados, solução de rede sem fio, switches, entre outros.

Outro fato a ser considerado é a gradativa redução do nosso nível mínimo de serviço e a revisão do nosso catálogo de serviços de TI que está mais abrangente, desse modo, é demandando mais profissionais para atendermos com celeridade e eficiência as atividades a serem prestadas.

No entanto, no ano de 2018 realizamos a substituição do nosso sistema de abertura de atendimento. Como é sabido, em transições de sistemas existem certas dificuldades e resistências dos usuários na mudança, de modo que alguns registros não foram efetuados perante esta situação excepcional.

No ano de 2019, com a melhoria contínua em nossos processos de trabalho e gestão, incluímos novas funcionalidades, como por exemplo, o monitoramento dos nossos serviços e sistemas, onde o próprio sistema, ao detectar falhas, já realiza a abertura do chamado e encaminha para resolução.

Nesta vertente, o crescimento no quantitativo de atendimento vem majorando exponencialmente, senão vejamos:

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **DCON - Chamados SDM** | **Junho** | **Maio** | **Abril** | **Março** | **Fevereiro** | **Janeiro** | **TOTAL** |
| **Monitoração** | 4.837 | 1.999 | 1.858 | 6.240 | 5.419 | 2.594 | 22.947 |
| **Clientes** | 2.565 | 2.815 | 2.337 | 1.651 | 1.510 | 1.698 | 12.576 |
| **TOTAL** | **7402** | **4.814** | **4.195** | **7.891** | **6.929** | **4.292** | **35.523** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Chamados de Clientes** | **1 Trimestre 2019** | **2 Trimestre 2019** |  |  |  |  |  |
| **Média** | 1.620 | 2.572 |  |  |  |  |  |
| ***Crescimento de aproximadamente 60% no 2 Trimestre de 2019.*** | | |  |  |  |  |  |

Nosso quantitativo de atendimentos no primeiro trimestre de 2019 cresceu aproximadamente em 60%, em relação a abertura de atendimentos pelos clientes.

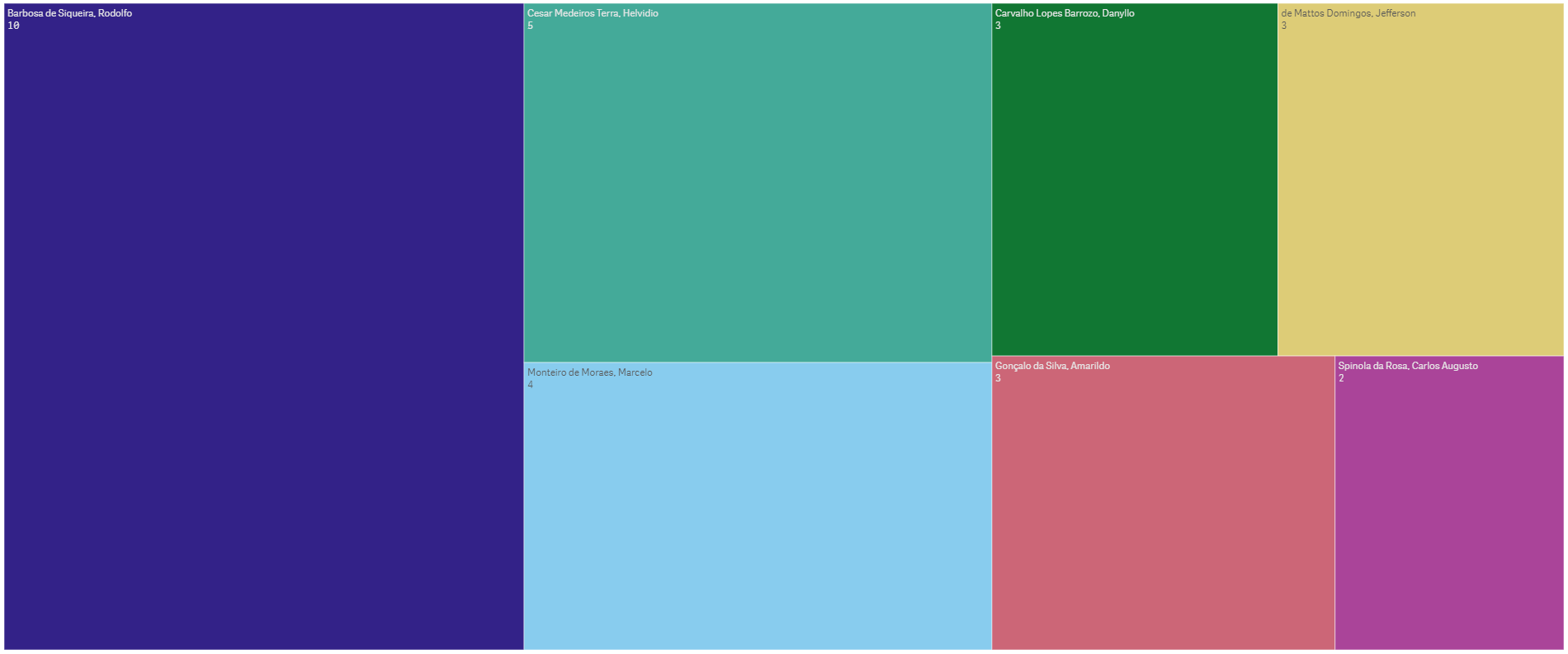
Perante aos dados mencionados, em vista da construção e implantação de inúmeros processos de trabalhos no departamento, bem como o crescente volume de atendimentos de 2019, temos a imprescindibilidade de todos os perfis profissionais solicitados neste projeto

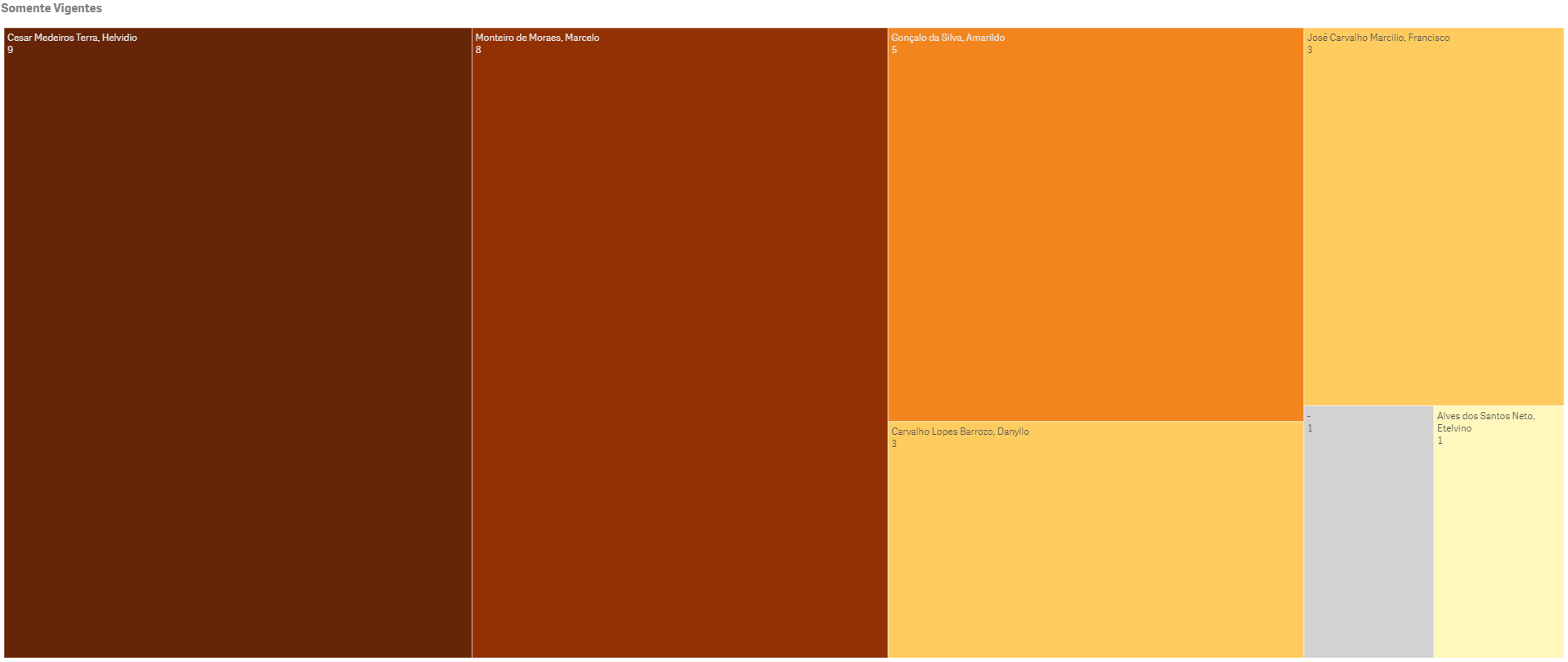
Atualmente, o serviço é prestado por meio do Contrato nº 21/2014. Este contrato engloba o atendimento técnico de redes, administradores de rede e controladores de projeto. As principais diferenças entre os serviços prestados atualmente e os serviços que se pretende contratar, é a inclusão de novos perfis profissionais em face da necessidade de:

* Atendimento aos softwares de gerenciamento de banco de dados MySQL, Microsoft SQL e PostgreSQL, em detrimento da utilização dos sistemas de informações em operação no PJMT como: Processo Judicial Eletrônico-PJe, CIA, Proteus, Apolo, SGP/SGPWeb, GPP/GPP-Mag;
* Atendimento para agregar valor à área de negócio e TI com trabalho analítico de grandes volumes de dados, com o objetivo de encontrar percepções que auxiliem tomadas de decisões.
* Primordial necessidade de especialistas em desenvolvimento, operação e ferramentas em virtude de ser um profissional multitarefa, proporcionando atitudes cotidianas entre os departamentos de infraestrutura e sistemas e aplicações com maior eficiência e rapidez. Assim, estes especialistas resultam em um melhor alinhamento das funções departamentais da CTI, mantendo a qualidade superior em todos os produtos e serviços desenvolvidos e providos pelos PJTM.
* O papel do supervisor que deverá manter o controle das demandas, com conhecimento técnico suficiente para realizar internamente o controle da qualidade de execução dos incidentes.
* Nos últimos anos o ambiente de infraestrutura do PJMT recebeu vários investimentos como: solução de computação em nuvem (VCLOUD), software de monitoramento, servidores blade, firewall, solução de telecomunicação VoIP, solução para redimensionamento e otimização da infraestrutura tecnológica dos serviços de rede e sistemas voltados às aplicações WEB (Red Hat), servidores com storage para as comarcas, solução ADC, link de dados (IP dedicado e MPLS), solução de rede sem fio, switches, aceleradores WAN. Todas essas aquisições demandam diversos serviços do corpo técnico de terceirizados.
* No ano de 2019 serão finalizados vários projetos de aquisições que irão compor o ambiente de infraestrutura como: expansão storage, suportem em nuvem (Vcloud), solução de serviço de backup, nobreaks para servidores, firewall comarcas, licenças de serviços em nuvem cofre de senhas, manutenção de fibra, certificado digital. Todas essas compras contemplaram serviços para os dois lotes que serão contratados neste Estudo Preliminar.
* Os perfis de Governança de TIC e Auditoria e conformidade no auxílio de melhorias dos processos de TI consoante modelos de referência ITIL e COBIT, e no apoio em aferições de pagamentos, glosas, indicadores e SLA’s dos contratos da CTI.

Quanto ao papel do supervisor, a fim de demonstrarmos a extrema importância que esse papel trará para o nosso ambiente, fundamentaremos a seguir. O Departamento de Conectividade atua com 5 (cinco) gerentes que possuem silos de conhecimentos. Por isso nossa necessidade de compartilhar as informações de forma transparente e constante com todos, inclusive com os administradores e técnicos terceirizados. Para tal, o Supervisor atuará para termos essa comunicação com todos os colaboradores e servidores, onde teremos a interação entre a equipe obtendo uma relação de forma natural e instantânea a respeito das demandas dos serviços no departamento.

Importante salientar que os gerentes possuem atividades de cunho da gestão e administrativos, principalmente em fiscalizações das inúmeras contratações que são realizadas para conseguirmos suportar o crescimento do nosso negócio. Atualmente gerimos a atuação de fiscalizar aproximadamente mais de 40 (quarenta) contratos, conforme se visualiza abaixo:





Relevante salientar que por se tratar de terceirizados, os gerentes não podem ter vinculação de subordinação direta, portanto, o supervisor realizará o papel de interlocutor entre a área de negócio do departamento e os técnicos que prestarão os atendimentos necessários.

Este acréscimo justifica-se pela intenção de direcionar os esforços dos servidores do quadro em atividades focadas na gestão de TIC. Assim, as atividades operacionais remanescentes serão efetuadas na íntegra pelos profissionais da nova contratação. Houve a reestruturação dos cargos dos administradores, para um melhor atendimento por níveis. Desse modo, o quantitativo de profissionais informado na tabela 2 abaixo será o número necessário para atender a demanda existente.

Em relação ao Contrato TJMT nº 21/2014, haverá alteração no escopo da nova contratação. Serão realizados dois lotes, o Lote 1- Apoio de Técnico de TIC – será composto pelo Supervisor, Administrador de Redes -Pleno, Administrador de Redes - Sênior, Administrador de Redes - Especialista, Suporte e administração de banco de dados - Sênior, Suporte e administração de banco de dados - Especialista, DevOps Especialista em desenvolvimento e operação de processos e ferramentas - Pleno, DevOps Especialista em desenvolvimento e operação de processos e ferramentas - Sênior, Suporte a infraestrutura de redes de dados (técnico) – Pleno, Suporte a infraestrutura de redes de dados (técnico) - Sênior, Suporte a infraestrutura de redes de dados (técnico) – Especialista, que atenderá o Departamento de Conectividade.

Para o Lote 2 – Apoio à Governança e Gestão de TIC – será composto pelos cargos de Gestão de Projetos, Governança de TIC e Auditoria e Conformidade. Esses cargos irão realizar o apoio quanto as novas contratações de TIC, diagnóstico de governança de TIC, Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação -PETIC, Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação -PDTI, pagamento e glosas de contratos.

O Lote 2 dará apoio a toda a Coordenadoria de Tecnologia da Informação, sendo dividido entre os departamentos a quantidade necessária para cada um. Assim, ocorrerá uma padronização quanto a Gestão de TIC. Abaixo, a quantidade de cargos por departamentos:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **LOTE 2 - APOIO À GOVERNANÇA E GESTÃO DE TIC** | | | | |
| Cargo / perfil | Departamento de Conectividade | Departamento de Sistemas e Aplicações | Departamento de Suporte e Informação | Coordenadoria de Tecnologia da Informação | Quantitativo Total |
| Gestão de Projetos | 0 | 0 | 0 | 3 | 3 |
| Governança de TIC | 1 | 0 | 1 | 1 | 3 |
| Auditoria e Conformidade | 3 | 1 | 1 | 2 | 7 |
| Total | 4 | 1 | 2 | 6 | 13 |

Em atenção a ENTIC-JUD, estabelecida na Resolução 211/2015-CNJ, norteia-se por 8 (oito) objetivos estratégicos, distribuídos em 3 (três) perspectivas: Recursos, Processos Internos e Resultados. A resolução é prescritiva quanto à composição de quadro de pessoal de TI, padrões gerenciais e operacionais, serviços sistemas de informação, integração e disponibilidade dos sistemas de acompanhamento processual e sistemas de gestão documental, nivelamento e controle da infraestrutura de informática e comunicações. Em seu bojo, determina cada Tribunal elabore de um planejamento estratégico de tecnologia, preconizando o referenciamento normativo nacional e internacional para as áreas de governança e gerenciamento de serviços.

Da imprescindibilidade das inovações tecnológicas para alcance dos objetivos institucionais e da complexidade inerente da área de tecnologia - posto que a ampliação da capacidade tecnológica do judiciário requer muito mais do que a simples aquisição de equipamentos ou desenvolvimento de sistemas inovadores - infere-se naturalmente a necessidade de maior esforço para gestão para a área de TIC.

Por maior esforço de gestão, entenda-se a preocupação com segurança das informações (integridade, confidencialidade e disponibilidade), a gestão de riscos e serviços de TIC que suportam os procedimentos eletrônicos e, principalmente, na correta aplicação dos recursos para o cumprimento dos objetivos estratégicos da instituição, efetivando a implementação daquilo que se denomina atualmente de governança de TIC.

Abaixo, é possível mensurar os papéis distintos entre governança de TIC e gestão de TIC (Gestão de Projetos e Auditoria e Conformidade):



Adaptação do SISP para Diferença Entre Governança e Gestão de TIC.[[2]](#footnote-3).

Os cargos de gestão de projetos darão apoio na realização de toda a documentação exigida na Resolução n. 182/2013 do CNJ para as contratações de soluções de TIC. Quando a resolução entrou execução em 2014, o contrato atual já estava vigente. Portanto a quantidade ideal para atendermos nossa necessidade já encontrava-se defasada. Entre 2014 e 2019 são inúmeras as novas tecnologias inseridas no mercado e consequentemente a contratação e inclusão das mesmas no PJMT.

São 3 (três) profissionais para atenderem a demanda anual da Coordenadoria de Tecnologia da Informação, a título de exemplo, somente no ano de 2019 existem mais de 22 (vinte e duas) novas contratações e 12 (doze) renovações, para conseguirmos suporte o crescimento do PJMT.

O cargo de Governança de TIC e Auditoria e Conformidade atuarão nos processos de trabalho que necessitam ser realizados, consoante a Resolução n. 211-2015/CNJ, vejamos:

Art. 12. Os órgãos deverão constituir e manter estruturas organizacionais adequadas e compatíveis com a relevância e demanda de TIC, considerando, no mínimo, os seguintes macroprocessos:

I - macroprocesso de governança e de gestão:

a) de planejamento;

b) orçamentária;

c) de aquisições e contratações de soluções;

d) de projetos;

e) de capacitação;

II – macroprocesso de segurança da informação:

a) de continuidade de serviços essenciais;

b) de incidentes de segurança;

c) de riscos;

III – macroprocesso de software:

a) de escopo e requisitos;

b) de arquitetura;

c) de processos de desenvolvimento e sustentação;

IV – macroprocesso de serviços:

a) de catálogo;

b) de requisições;

c) de incidentes;

d) de ativos de microinformática;

e) de central de serviços;

V – macroprocesso de infraestrutura:

a) de disponibilidade;

b) de capacidade;

c) de ativos de infraestrutura e de telecomunicação corporativas.

§ 1º As estruturas organizacionais de que tratam o caput deverão privilegiar a departamentalização por função e possuir níveis hierárquicos de decisão, quais sejam estratégico ou institucional, tático ou gerencial, e operacional, a fim de garantir a plena execução dos macroprocessos previstos.

§ 2º Caberá a cada órgão definir os seus processos, observando as boas práticas pertinentes ao tema, criando um ambiente favorável à melhoria contínua.

§ 3º A coordenação dos macroprocessos deverá ser executada, preferencialmente, por servidores do quadro permanente do órgão e em regime de dedicação exclusiva.

§ 4º As funções gerenciais deverão ser executadas, preferencialmente, por servidores do quadro permanente do órgão.

Deve-se ter mais processos e governança, portanto, necessitamos reformular os processos existentes e criar novos. Fato é, deveríamos ter servidores efetivos de TI para cumprirmos à risca o atendimento a resolução informada. A majoração do número de terceirizados decorre, em parte, da insuficiência de servidores do quadro. Doutro giro, mesmo que se ignore o pífio quadro de servidores da TI, há de se considerar que o TJMT tem atualmente a força de trabalho de TI (Terceirizados + Servidores) perto do mínimo recomendado pelo CNJ, o que não coaduna com os ambiciosos planos de informatização que compõem seu Planejamento Estratégico Institucional e Planejamento Estratégico de TI. Senão vejamos:

O Artigo 13, §1º da Resolução 211/2015-CNJ, quantifica a força de Trabalho de TIC pela seguinte tabela:



O PJMT tem aproximadamente 8000 usuários internos e cerca de 25000 usuários externos (advogados, defensores, procuradores etc cadastrados bases do PJe), de forma que o Total de Usuários de Tecnologia da Informação e Comunicação para efeito da norma é (TURTic) é 8000+(25000\* 10%), ou seja 10.500.

Aplicando-se o TURTic à tabela alhures, tem-se que a força de trabalho mínima de TIC, incluindo efetivos, comissionados e terceirizados, deveria ser de 203 colaboradores, sendo que desses, pelo menos 131 seriam servidores do quadro permanente.

O gráfico abaixo exibe a real composição da força de trabalho da Coordenadoria de Tecnologia da Informação:

Como se vê, o FTE de TI do TJMT atualmente é de 203 colaboradores ou seja, exatamente igual ao mínimo recomendado. Com a nova contratação iremos atingir 220 colaboradores, o que representa apenas 8% acima do mínimo determinado órgão censor.

Assim, elaboramos quadro comparativo dos perfis profissionais existentes e os pretendidos na nova contratação:

|  |  |
| --- | --- |
| **Tabela 1- Perfis profissionais presentes no Contrato TJMT nº 21/2014** | |
| Cargo / perfil | Quantitativo |
| Administrador de Redes | 15 |
| Técnico de Rede | 5 |
| Controlador de Projetos | 2 |
| Total | 22 |

|  |  |
| --- | --- |
| **Tabela 2- Perfis profissionais com quantidades desejadas para a nova Contratação- LOTE 1 - APOIO TÉCNICO DE TIC** | |
| Cargo / perfil | Quantitativo |
| Supervisor | 2 |
| Administrador de Redes -Pleno | 6 |
| Administrador de Redes - Sênior | 4 |
| Administrador de Redes - Especialista | 5 |
| Suporte e administração de banco de dados - Sênior | 1 |
| Suporte e administração de banco de dados - Especialista | 1 |
| DevOps Especialista em desenvolvimento e operação de processos e ferramentas - Pleno | 2 |
| DevOps Especialista em desenvolvimento e operação de processos e ferramentas - Sênior | 1 |
| Suporte a infraestrutura de redes de dados (técnico) - Pleno | 2 |
| Suporte a infraestrutura de redes de dados (técnico) - Sênior | 2 |
| Total | 26 |
| **LOTE 2 - APOIO À GOVERNANÇA E GESTÃO DE TIC** | |
| Cargo / perfil | Quantitativo |
| Gestão de Projetos | 3 |
| Governança de TIC | 3 |
| Auditoria e Conformidade Pleno | 5 |
| Auditoria e Conformidade Sênior | 2 |
| Total | 13 |

## CBO e Convenção Coletiva de Trabalho

Para fins de auxiliar as estimativas de custos da contratação, elaboramos a seguinte tabela relacionando os perfis profissionais sugeridos para a contratação (conforme Tabela 2) e uma indicação de possível CBO – Confederação Brasileira de Orientação, considerando perfis profissionais similares aos que atuarão na contratação em análise:

**Tabela 03 – CBO**

|  |  |
| --- | --- |
| **Cargo/Perfil** | **CBO** |
| Supervisor de Atendimento | 2124-20 ou 4201-35 |
| Administrador de Redes | 2123-10 |
| Suporte e administração de banco de dados | 2123-05 |
| DevOps Especialista em desenvolvimento e operação de processos e ferramentas | 3142-05 |
| Suporte a infraestrutura de redes de dados (técnico) | 3722-05 |
| Gestão de Projetos | 1425-20 |
| Governança de TIC | 1425-20 |
| Auditoria e Conformidade | 1425-20 |

Para todos os perfis profissionais apresentados nestes Estudos Preliminares, a Convenção Coletiva de Trabalho utilizada para a categoria pode ser encontrada no site do SINDPD-MT. A Convenção de 2017/2018 está disponível no seguinte link: http://admsite.angelhost.com.br/galeria/sindpd-mt/arquivos/Conven%C3%A7%C3%A3o.Coletiva.de.Trabalho.Homologada%20pelo%20TRT%20MT%202017%202018%20SINDPD-MT%20%20x%20FECOM%C3%89RCIO.pdf

## Requisitos Temporais (Art. 3, V)

O contrato atual referente aos serviços de sustentação de infraestrutura (Contrato TJMT nº 21/2014 firmado com a DSS) tem vigência até 15/04/2020 e não pode mais ser prorrogado. Por se tratar de um serviço continuado, a nova empresa deve estar apta a iniciar a prestação de serviço assim que concluir este certame, a fim de evitar a descontinuidade do serviço.

Após a assinatura do contrato por ambas as partes, deverá ser realizada reunião de alinhamento com o objetivo de identificar as expectativas, nivelas os entendimentos acercas das condições estabelecidas no Contrato, Edital e em seus Anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca do objeto. Nessa reunião a CONTRATADA deverá apresentar formalmente o seu Preposto.

No Termo de Referência terá o detalhamento, através do cronograma de execução, dos principais eventos relevantes que ocorrerão durante a execução do contrato.

## Adequação do Ambiente (Art. 14, V, a, b, c, d, e, f)

**Infraestrutura tecnológica:** Não haverá necessidade de adequação ou readequação de infraestrutura tecnologia para a contratação, pois a solução já existe e se encontra em funcionamento.

**Infraestrutura elétrica:** Não haverá necessidade de adequação ou readequação de infraestrutura elétrica para a contratação, pois a solução já existe e se encontra em funcionamento.

**Espaço físico e mobiliário**: O TJMT já disponibiliza de espaço físico e equipamentos para possibilitar a execução do Contrato nº 21/2014. Assim, considerando que a nova contratação visa substituir o referido contrato e, tendo em vista ainda que a natureza e escopo da contratação é bastante similar ao contrato vigente, depreende-se que a necessidade de adequação do ambiente de trabalho mínima é pequena, e será providenciada pelo PJMT.

**Impacto Ambiental**: Não haverá impacto ambiental nesta contratação.

## Orçamento Estimado (Art. 14, II, g)

O orçamento estimado para a contratação deste serviço para o Lote 1- Apoio técnico de TIC - pelo período de doze meses será de R$ 6.256.428,34 (seis milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e vinte e oito reais e trinta e quatro centavos), e para o Lote 2 – Apoio à governança e gestão de TIC - pelo período de 12 meses será de R$ 2.428.405,36 (dois milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, quatrocentos e cinco reais e trinta e seis centavos).

# SUSTENTAÇÃO DO CONTRATO (Art. 15)

## Recursos Materiais e Humanos (Art. 15, I)

1. **Recursos materiais**: Os materiais a serem utilizados na prestação dos serviços internos na Contratada, serão os mesmos comumente utilizados pelos profissionais do Departamento de Conectividade- DC, como microcomputador, impressora, acesso à rede corporativa do PJMT para acesso às consoles administrativas, bem como acesso à *Internet*. Todos esses materiais e recursos estão disponíveis no ambiente atual do PJMT.

A contratada deverá fornecer headsets para os técnicos de atendimento envolvidos na prestação de serviços (todos os profissionais do LOTE 1 – Apoio Técnico de TIC, e aparelho celular individualizado para o Preposto, Supervisor e Plantonista com a respectiva linha de comunicação.

1. **Recursos humanos:** A execução dos serviços prestados presume, além do acompanhamento da conformidade legal pelo Fiscal Administrativo e ou Gestor do Contrato, o acompanhamento técnico da execução das atividades pelos fiscais, o que será realizado por profissional da área de infraestrutura tecnológica do Departamento de Conectividade.

## Descontinuidade do Fornecimento (Art. 15, II)

Os efeitos técnicos serão críticos em caso de interrupção contratual. Considerando o alto grau de dependência tecnológica do TJMT, a disponibilidade do ambiente tecnológico reflete diretamente nas atividades desenvolvidas por este Egrégio Tribunal de Justiça.

Desta forma, a descontinuidade do fornecimento do serviço trará efeitos diretos ao PJMT, causados pela ausência do suporte na infraestrutura e aos sistemas internos utilizados pelos servidores, colaboradores, Juízes e Desembargadores. Esta situação pode gerar indisponibilidade de acesso, no caso de cadastros a sistemas que são realizados por esta equipe, além de atrasos na detecção de problemas identificados pelos usuários que são repassados pelas equipes especialistas.

Assim, a descontinuidade da prestação continuada do serviço deverá ser especialmente tratada no contexto desta contratação, pois afeta diretamente a disponibilização dos serviços e sistemas prestados pelo TJMT.

Abaixo podemos elencar os possíveis eventos que ocorram para caracterização da interrupção dos serviços e as ações previstas:

|  |  |
| --- | --- |
| **Evento** | **Ação Preventiva** |
| * + - 1. Falência da Contratada antes do início da prestação do serviço | Exigência de documentos que comprovem a saúde financeira da empresa. |
| * + - 1. A contratada não executar os serviços conforme as especificações. | Fazer constar no Termo de Referência as especificações e as condições de execução do objeto da forma mais detalhada possível. Fazer reunião de alinhamento com a contratada e apresentar o rigor que o PJMT acompanha a execução dos serviços. |
| * + - 1. Empresa não ter interesse na renovação do contrato dentro do período de 60 (sessenta) meses. | Manter bom relacionamento com a empresa. Edital e Termo de Referência claros para que a empresa não se sinta prejudicada durante a execução do contrato. |
| * + - 1. Falência da Contratada durante a execução do contrato. | Acompanhar a manutenção dos requisitos de habilitação da empresa durante a execução do contrato. |

Havendo descontinuidade, verificam-se duas medidas minimizadoras dos efeitos desse tipo de situação:

1. O Departamento de Conectividade - DC assumir, em caráter emergencial, a responsabilidade da prestação do serviço e tentar com recursos próprios executar as atividades necessárias para a sustentação do ambiente de infraestrutura tecnológica, considerando que nessa situação haverá prejuízo das atividades habituais.
2. O TJMT proceder contratação imediata nos moldes permitidos na Lei nº 8.666/1993.

## Transição Contratual (Art. 15, III, a, b, c, d, e)

* + 1. **Encerramento contratual:** No caso de proximidade do final do período de vigência do contrato do serviço, deve ser aberto novo projeto, 12 (dose) meses antes, para iniciar as tratativas para a nova contratação, uma vez que se trata de contratação de alta complexidade ou mesmo verificar alternativas para suprir as necessidades do PJMT.
    2. **Entrega de versões finais dos produtos alvos da contratação:** Não se aplica.
    3. **Transferência de conhecimentos:**
* Uma vez que a ferramenta tecnológica, os processos e procedimentos são de propriedade do PJMT, a CONTRATANTE deverá promover a transferência de conhecimento para os técnicos da nova empresa que continuará a execução dos serviços.
* A Contratada, no último mês da vigência do contrato, deverá fazer o repasse de conhecimento do serviço para a Contratante ou empresa indicada pela Contratante. Deverão ser repassadas, no mínimo, as seguintes informações:
* Chamados de usuários abertos e seus andamentos;
* Chamados de fornecedores abertos e seus andamentos.
  + 1. **Devolução de recursos materiais:** A CONTRATADA durante a vigência contratual deverá disponibilizar aparelho celular individualizado para o Preposto, Supervisor e Plantonista com a respectiva linha de comunicação dentro do ambiente da CONTRATANTE, portanto este material será devolvido no encerramento contratual.
    2. **Revogação de perfis de acesso e eliminação de caixas postais:** Todas as caixas postais e perfis de acesso criados em função da prestação do serviço contratado serão revogados e/ou bloqueados imediatamente após o término da vigência contratual. O Departamento de Conectividade - DC manterá, para fins de auditoria, registro dos acessos efetuados pelos profissionais da contratada, bem como das mensagens de correio eletrônico relativas às caixas postais corporativas utilizadas para a prestação dos serviços.

## Período de Estabilização

O objeto que será contratado não permite sua sobreposição em relação ao contrato vigente. Assim, para que não haja prejuízo à nova Contratada, haverá um período de estabilização em que serão aplicados redutores nos indicadores de prestação do serviço;

O período de estabilização compreende os primeiros 150 (cento e cinquenta) dias após o início da execução dos serviços, durante os quais os resultados esperados nos indicadores e nos níveis de serviços e de qualidade exigidos poderão ser implementados gradualmente, de modo a permitir à Contratada realizar a adequação de seus serviços e alcançar, ao término desse período, o desempenho requerido em contrato. Essa flexibilização, porém, será restrita aos limites destacados abaixo:

1. Para o 1º (primeiro) mês de execução: atingir, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos resultados esperados nos indicadores/níveis de serviço e de qualidade exigidos;
2. Para o 2º (segundo) mês de execução: atingir, no mínimo, 60% (setenta por cento) dos resultados esperados nos indicadores/níveis de serviço e de qualidade exigidos;
3. Para o 3º (terceiro) mês de execução: atingir, no mínimo, 70% (setenta por cento) dos resultados esperados nos indicadores/níveis de serviço e de qualidade exigidos;
4. Para o 4º (quarto) mês de execução: atingir, no mínimo, 80% (oitenta por cento) dos resultados esperados nos indicadores/níveis de serviço e de qualidade exigidos;
5. Para o 5º (quinto) mês de execução: atingir, no mínimo, 90% (noventa por cento) dos resultados esperados nos indicadores/níveis de serviço e de qualidade exigidos;
6. Do 6º (sexto) mês de execução em diante a Contratada: deverá atingir 100% (cem por cento) dos resultados esperados nos indicadores/níveis serviço e de qualidade exigidos.

## Estratégia de Independência Tecnológica (Art. 15, IV, a, b)

A Contratada deverá detalhar e repassar, conforme orientação e interesse do PJMT, toda a documentação utilizada bem como o conhecimento adquirido na implementação e prestação dos serviços, sem qualquer ônus adicional.

Deverá ainda, registrar em repositório específico, o conhecimento adquirido na resolução de incidentes, procedimentos operacionais e requisições para as situações em que ainda não há informação na Base de Conhecimento de como fazê-lo.

A Contratada deverá assinar um termo de confidencialidade em que reconhecerá que, em razão da prestação de serviços ao PJMT, tem acesso a informações que pertencem ao PJMT, que devem ser tratadas como sigilosas.

A contratada fica proibida de veicular ou comercializar produtos gerados, relativos ao objeto da prestação dos serviços, sem a prévia autorização do CONTRATANTE.

## Direitos de Propriedade Intelectual e Autorais

Em conformidade com o art. 111, da Lei nº 8.666, de 1993, devem ser preservados os direitos autorais e intelectuais dos produtos gerados durante a vigência do Contrato. Assim, são estabelecidas as seguintes condições:

1. Nos quesitos Catálogo de Serviços e Base de Conhecimento, ambos são documentos com informações de propriedade permanente e direitos exclusivos do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, sendo terminantemente proibido qualquer forma de compartilhamento, distribuição ou publicação.

# ESTRATÉGIA PARA A CONTRATAÇÃO (Art. 16)

## Natureza do Objeto (Art. 16, I)

O objeto a ser contratado possui características comumente encontradas atualmente no mercado de TIC, cujos padrões de desempenho e de qualidade podem ser objetivamente definidos no Estudo Preliminar;

Verifica-se também que os serviços pretendidos são de natureza contínua, ou seja, podem ser estendidos por mais de um exercício financeiro, pois são necessários à manutenção do desempenho de atividades essenciais deste Tribunal de Justiça, cuja interrupção pode afetar a qualidade dos serviços de TIC oferecidos aos seus usuários.

## Parcelamento do Objeto (Art. 16, II)

Atualmente a execução e a supervisão desses serviços são realizadas por uma única empresa que executa todo o objeto do Contrato nº. 21/2014-TJ/MT. Apesar de o objeto contemplar perfis técnicos distintos para a prestação dos serviços, as atividades desenvolvidas possuem forte relacionamento e o entendimento do ambiente de infraestrutura como um todo é essencial para a qualidade da prestação do serviço.

A qualidade do atendimento a requisições e incidentes reportados pelos usuários de TI depende da saúde do ambiente operacional e do perfeito gerenciamento dos recursos computacionais.

O objeto do Lote 1- Apoio técnico de TIC deste Termo de Referência trata de um conjunto de atividades inter-relacionadas, formado de vários componentes: aplicativos, hardware, infraestrutura de redes de computadores, etc. Isto quer dizer que a disponibilidade e continuidade desses serviços são garantidas por equipes técnicas de diferentes áreas de conhecimento tecnológico que devem interagir com objetivo único: manter os serviços de TIC funcionando, em total disponibilidade.

Para reduzir o tempo entre as interfaces dos processos de suporte com maior qualidade de respostas integradas e compatíveis com as necessidades dos serviços, é fundamental a unificação desses conhecimentos por empresa de comprovada expertise para as responsabilidades de garantia de funcionamento dos serviços disponibilizados aos usuários do PJMT, não sendo apropriado o parcelamento do objeto do Lote 1 que será contratado.

Devido ao nível de integração desses serviços, a execução fracionada, prestada por diferentes fornecedores, certamente acarretará incompatibilidades, demoras e, principalmente, graves riscos de segurança, que prejudicarão o suporte aos usuários e, consequentemente, à prestação jurisdicional.

Apesar das individualidades de cada serviço, o parcelamento do objeto conforme já exposto acima traria prejuízo e problemas com a execução contratual. Optou-se, assim, pelo não parcelamento do objeto do Lote 1.

Para o objeto do Lote 2 – Apoio à governança e gestão de TIC, trata-se de um conjunto de serviços de Processos de TI, e diagnósticos a capacidade de governança de TI, apoio a gerência do portfólio de projetos, apoio as aferições de pagamento e glosas nos contratos de TIC. Portanto, são serviços inerentes que não devem ser divisíveis, para não ocorrer a perda de conexão entre as atividades.

A necessidade também deste segundo lote, se dá em virtude dos serviços relacionados às métricas e conformidade, vez que estes estão relacionados ao apoio qualitativo e quantitativo de serviços realizados pelas demais empresas contratadas para prestação de serviços ligados às TI, referentes ao Lote 1.

A licitação será dívida em dois lotes, conforme tabela constante no item 1.15, facultando-se às licitantes a participação em ambos os lotes, porém a empresa vencedora de um lote não poderá vencer o outro.

Caso uma mesma empresa seja vencedora dos 02 (dois) lotes, o pregoeiro e a área técnica demandante irão analisar a documentação, e caso para o primeiro lote a empresa esteja habilitada, será automaticamente inabilitada para o segundo lote, sem opção de escolha. Assim, serão duas empresas a realizarem os serviços dos itens relacionados em cada lote.

A pessoa jurídica a prestar os serviços constantes do Lote 2 – Apoio à governança e gestão de TIC ficará impedida de prestar quaisquer outros serviços relativos à área de TIC no PJMT. Tal restrição decorre da natureza dos serviços associados à governança dos processos de TIC, incluídos o apoio aos processos de fiscalização e de faturamento de contratos.

Portanto, o parcelamento do objeto em dois lotes facilitará a execução, a fiscalização e a gestão dos contratos, pois serão gerados contratos com itens bem definidos, que compões uma única solução e agrupam serviços essenciais ao PJMT.

Nesta esteira, o valor da contratação deverá ser o **menor preço individual de cada item, dentro do valor global de cada lote.**

### Subcontratação

Não será permitida a subcontratação, tendo em vista o objeto da contratação se tratar de prestação de serviços terceirizados.

### Do consórcio:

A divisão da solução não é tecnicamente viável e existem fornecedores para toda a solução, não sendo necessário, portanto, a aceitação da participação de consórcios.

## Modalidade, Tipo de Licitação e Critérios de Habilitação

### Modalidade, Tipo de Licitação (Art. 18, § 3º, II, j, Resolução 182/2013-CNJ)

A contratação da solução ora pretendida é oferecida por diversos fornecedores no mercado de TIC, vez que apresenta características padronizadas e usuais. Assim, trata-se de serviço comum e, portanto, licitação via Pregão, em sua forma eletrônica, pelo tipo menor preço.

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**Critérios de Habilitação:**

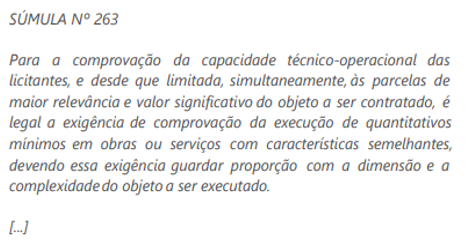
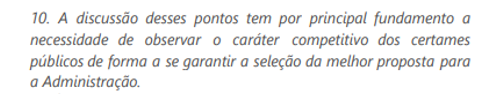
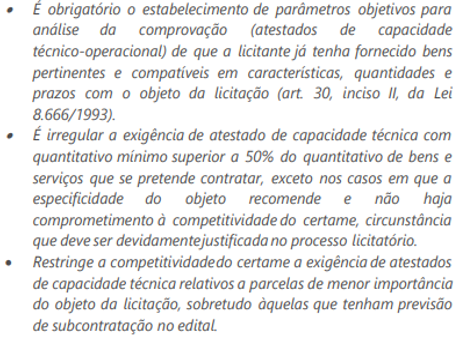
**Capacidade Técnica – Para o Lote 1 – Apoio Técnico de TIC:** Atestados de capacidade técnica: documento (s) expedido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou ou está executando, a contento, serviço técnico de sustentação de ambiente de infraestrutura de Tecnologia da Informação, devendo o (s) documento (s) conter o nome, endereço, telefone dos atestadores ou qualquer outra forma de que o PJMT possa valer-se para manter contato com os declarantes. O (s) atestado (s) apresentado (s) deverão comprovar a execução de serviços em um ambiente tecnológico que possua em sua rede corporativa, no mínimo, 2.000 (dois mil) usuários ativos.

* O (s) atestado (s) deverá(ão) comprovar a execução de contrato(s) de sustentação de ambiente de infraestrutura de Tecnologia da Informação, por um período mínimo de 2 (dois) anos, contemplando as modalidades:

1. Suporte e administração de servidores físicos e virtuais, serviços corporativos e armazenamento de dados;
2. Suporte e administração de redes de dados e telecomunicações;
3. Suporte e administração de banco de dados;
4. Suporte e administração em segurança da informação.

* O (s) atestado (s) deverá(ão) comprovar a execução de contrato(s) de sustentação de ambiente de infraestrutura de Tecnologia da Informação, por um período mínimo de 1 (um) ano, contemplando o escopo mínimo elencado abaixo:

1. Experiência na prestação de serviços de suporte e administração de sistema operacional Microsoft (Windows 2008R2 ou superior);
2. Experiência na prestação de serviço de suporte e administração de sistema operacional Linux (Red Hat ou similar);
3. Experiência na execução de serviço de gerenciamento e administração de ambiente computacional virtualizado VMware vSphere, constituído de, no mínimo, 10 (dez) servidores físicos e 200 (duzentas) máquinas virtuais;
4. Experiência na execução de serviço de gerenciamento e administração de redes cabeadas em ambiente computacional constituído de switches core, 400 (quatrocentas) portas de switches de borda empilhados com tráfego de telefonia VoIP (voz sobre IP);
5. Experiência na execução de serviço de administração de armazenamento corporativo com, no mínimo, 40 TB (quarenta TeraBytes)
6. Experiência na execução de serviço de administração de Directory Services em ambiente computacional utilizando autenticação e gerenciamento de acessos baseados em Lightweight Directory Access Protocol –LDAP;
7. Experiência na execução de serviço de Gerenciamento Middleware, em ambiente computacional constituído por servidores de aplicação JBOSS ou similar;
8. Experiência na execução de serviço de administração de ambiente de backup;
9. Experiência na execução de serviço de administração de banco de dados, em ambiente computacional constituído por banco de dados corporativo comercial (MS SQL ou similar) com, no mínimo, 250GB (duzentos e cinquenta Gigabytes) de dados;
10. Experiência na execução de serviço de administração de banco de dados em pelo menos um banco de dados corporativo baseado em software livre (Postgre) com, no mínimo, 250GB (duzentos e cinquenta Gigabytes) de dados;
11. Experiência na execução de serviço de gerenciamento e administração de ferramenta firewall.

As qualificações técnicas operacionais definidas nos autos foram embasadas em contratações públicas similares, como o Pregão n. 24/2015 do Conselho Nacional de Justiça -CNJ. Aplicamos ao nosso cenário de ambiente de infraestrutura, solicitando comprovação na execução de contratos com 2 (dois) anos nas modalidades de suporte e administração de servidores físicos e virtuais, redes de dados e telecomunicações, banco de dados e segurança da informação. Ademais, solicitamos experiência pelo período mínimo de um ano para os serviços contemplados em nosso meio tecnológico como suporte e administração de sistema operacional Microsoft, Linux, ambiente computacional virtualizado, armazenamento corporativo, etc.  
 O quantitativo solicitado em relação a alguns armazenamentos e capacidades, atendem entre 8% (oito por cento) a 45% (quarenta e cinco por cento) da nossa infraestrutura atual. Esta premissa adotada alinha-se com o Tribunal de Contas da União, conforme texto a seguir:  
  
  
   
  
   
 

* + - **Capacidade Técnica – Para o Lote 2 – Apoio à governança e gestão de TIC:**
    - Atestados de capacidade técnica: documento (s) expedido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou ou está executando, a contento, a prestação de serviços nas áreas de Governança e Gestão de TIC; Gerenciamento de Projetos e Segurança da Informação, para um número mínimo de 1.500 (hum mil e quinhentos) usuários, em um único contrato ou em contratos simultâneos.

### Não aplicação da Lei Complementar n. 123/2006, alterada pela Lei Complementar n. 147/2014.

Não há óbice. Ter-se-á aplicação da Lei Complementar. Contudo não se dispõe de reserva de cota pois o objeto não é divisível.

## Classificação e Indicação Orçamentária (Art. 16, V)

Classificação: 33.90.37

Unidade Orçamentária: 03.601 Fonte: 640

3.3.90.37.000 – LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

## Vigência Contratual (Art. 16, VI)

Para o Lote 1- Apoio técnico a vigência do contrato será de 12(doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, conforme dispõe o artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/1993.

Para o Lote 2 – Apoio à governança e gestão de TIC do PJMT, a vigência do contrato será de 30 (trinta) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, conforme dispõe o artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/1993, cabe esclarecer alguns pontos acerca da presente necessidade:

* Os contratos de serviços contínuos guardam especial peculiaridade no que diz respeito à definição de sua vigência. Essa peculiaridade tem origem no disposto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, que os excepciona da limitação ao exercício financeiro respectivo e permite sua prorrogação por iguais e sucessivos períodos até o máximo de 60 (sessenta)
* Observa-se que, caso o contrato seja celebrado com a vigência de 30 (trinta) meses, poderá ter prorrogações até que se atinja o limite máximo de que cuida a lei. Portanto, a disciplina legal do inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666/93 terá sido cumprida, na medida em que a necessidade de prorrogação foi devidamente atendida;
* No caso específico, a adoção da metodologia de fixação do prazo contratual em 30 (trinta) meses, de um lado racionaliza a gestão pública e economiza recursos humanos e financeiros, de outro, fomenta a economia de escala nos contratos de serviços contínuos, de modo a permitir uma melhor proposta da parte dos potenciais interessados.

A repactuação de preços (parcela mão de obra) como espécie de reajuste contratual, deverá ser utilizada nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano da data do orçamento ao qual a proposta se referir, conforme estabelece o art. 5º do Decreto n. 2.271, de 1997. Os preços contratados poderão ser repactuados, mediante negociação entre as partes.

## Equipe de Planejamento e Apoio à Contratação (Art. 16, VII e VIII)

Para a composição da Equipe de Apoio e Gestão da Contratação, foram feitas as seguintes indicações, conforme Portaria nº 768/2018-PRES, devido a mudança de gestão no biênio 2019-2020, será alterado o integrante demandante para o servidor que ocupa o cargo de Diretor do Departamento de Conectividade:

* Integrante demandante (art. 12, §5º, inciso III da Resolução 182/CNJ)

|  |  |
| --- | --- |
| Nome | Benedito Pedro da Cunha Alexandre |
| Matrícula | 6590 |
| E-Mail | [benedito.alexandre@tjmt.jus.br](mailto:benedito.alexandre@tjmt.jus.br) |
| Área (Departamento/Setor) | Diretor do Departamento de Conectividade |
| Assinatura |  |

* Integrante demandante substituto (art. 12, §5º, inciso III da Resolução 182/CNJ)

|  |  |
| --- | --- |
| Nome | Thomás Augusto Caetano |
| Matrícula | 5544 |
| E-Mail | [thomas.caetano@tjmt.jus.br](mailto:thomas.caetano@tjmt.jus.br) |
| Área (Departamento/Setor) | Coordenadoria de Tecnologia da Informação |
| Assinatura |  |

* Integrante técnico (art. 12, §6º, da Resolução 182/CNJ)

|  |  |
| --- | --- |
| Nome | Helvidio Cesar Medeiros Terra |
| Matrícula | 9101 |
| E-Mail | [helvidio.terra@tjmt.jus.br](mailto:helvidio.terra@tjmt.jus.br) |
| Área (Departamento/Setor) | Departamento de Conectividade |
| Assinatura |  |

* Integrante técnico substituto (art. 12, §6º, da Resolução 182/CNJ)

|  |  |
| --- | --- |
| Nome | Marcelo Monteiro de Moraes |
| Matrícula | 9398 |
| E-Mail | [marcelo.moraes@tjmt.jus.br](mailto:marcelo.moraes@tjmt.jus.br) |
| Área (Departamento/Setor) | Departamento de Conectividade |
| Assinatura |  |

* Integrante administrativo (art. 12, §7º, da Resolução 182/CNJ)

|  |  |
| --- | --- |
| Nome | Marco Antonio Molina Parada |
| Matrícula | 5548 |
| E-Mail | [marco.parada@tjmt.jus.br](mailto:marco.parada@tjmt.jus.br) |
| Área (Departamento/Setor) | Coordenadoria Administrativa |
| Assinatura |  |

* Integrante administrativo substituto (art. 12, §7º, da Resolução 182/CNJ)

|  |  |
| --- | --- |
| Nome | Anderson Domingues Augusto |
| Matrícula | 10082 |
| E-Mail | [anderson.augusto@tjmt.jus.br](mailto:anderson.augusto@tjmt.jus.br) |
| Área (Departamento/Setor) | Coordenadoria Administrativa |
| Assinatura |  |

## Equipe de Fiscalização

**Lote 1 – Apoio técnico de TIC**

* Fiscal demandante (art. 12, §5º, inciso III da Resolução 182/CNJ)

|  |  |
| --- | --- |
| Nome | Benedito Pedro da Cunha Alexandre |
| Matrícula | 6590 |
| E-Mail | [benedito.alexandre@tjmt.jus.br](mailto:benedito.alexandre@tjmt.jus.br) |
| Área (Departamento/Setor) | Diretor do Departamento de Conectividade |
| Assinatura |  |

* Fiscal demandante substituto (art. 12, §5º, inciso III da Resolução 182/CNJ)

|  |  |
| --- | --- |
| Nome | Thomás Augusto Caetano |
| Matrícula | 5544 |
| E-Mail | [thomas.caetano@tjmt.jus.br](mailto:thomas.caetano@tjmt.jus.br) |
| Área (Departamento/Setor) | Coordenadoria de Tecnologia da Informação |
| Assinatura |  |

* Fiscal técnico (art. 12, §6º, da Resolução 182/CNJ)

|  |  |
| --- | --- |
| Nome | Helvidio Cesar Medeiros Terra |
| Matrícula | 9101 |
| E-Mail | [helvidio.terra@tjmt.jus.br](mailto:helvidio.terra@tjmt.jus.br) |
| Área (Departamento/Setor) | Departamento de Conectividade |
| Assinatura |  |

* Fiscal técnico substituto (art. 12, §6º, da Resolução 182/CNJ)

|  |  |
| --- | --- |
| Nome | Marcelo Monteiro de Moraes |
| Matrícula | 9398 |
| E-Mail | [marcelo.moraes@tjmt.jus.br](mailto:marcelo.moraes@tjmt.jus.br) |
| Área (Departamento/Setor) | Departamento de Conectividade |
| Assinatura |  |

* Fiscal administrativo (art. 12, §7º, da Resolução 182/CNJ)

|  |  |
| --- | --- |
| Nome | Marco Antonio Molina Parada |
| Matrícula | 5548 |
| E-Mail | [marco.parada@tjmt.jus.br](mailto:marco.parada@tjmt.jus.br) |
| Área (Departamento/Setor) | Coordenadoria Administrativa |
| Assinatura |  |

* Fiscal administrativo substituto (art. 12, §7º, da Resolução 182/CNJ)

|  |  |
| --- | --- |
| Nome | Anderson Domingues Augusto |
| Matrícula | 10082 |
| E-Mail | [anderson.augusto@tjmt.jus.br](mailto:anderson.augusto@tjmt.jus.br) |
| Área (Departamento/Setor) | Coordenadoria Administrativa |
| Assinatura |  |

**Lote 2 – Apoio à governança e gestão de TIC**

* Fiscal demandante (art. 12, §5º, inciso III da Resolução 182/CNJ)

|  |  |
| --- | --- |
| Nome | Thomás Augusto Caetano |
| Matrícula | 5544 |
| E-Mail | [thomas.caetano@tjmt.jus.br](mailto:thomas.caetano@tjmt.jus.br) |
| Área (Departamento/Setor) | Coordenadoria de Tecnologia da Informação |
| Assinatura |  |

* Fiscal demandante substituto (art. 12, §5º, inciso III da Resolução 182/CNJ)

|  |  |
| --- | --- |
| Nome | Geyza Alice Pacheco Bianconi |
| Matrícula | 8601 |
| E-Mail | [geyza.bianconi@tjmt.jus.br](mailto:geyza.bianconi@tjmt.jus.br) |
| Área (Departamento/Setor) | Coordenadoria de Tecnologia da Informação |
| Assinatura |  |

* Fiscal técnico (art. 12, §6º, da Resolução 182/CNJ)

|  |  |
| --- | --- |
| Nome | Geyza Alice Pacheco Bianconi |
| Matrícula | 8601 |
| E-Mail | [geyza.bianconi@tjmt.jus.br](mailto:geyza.bianconi@tjmt.jus.br) |
| Área (Departamento/Setor) | Coordenadoria de Tecnologia da Informação |
| Assinatura |  |

* Fiscal técnico substituto (art. 12, §6º, da Resolução 182/CNJ)

|  |  |
| --- | --- |
| Nome | Luisa Nunes Guimarães |
| Matrícula | 6402 |
| E-Mail | Luisa.guimaraes[@tjmt.jus.br](mailto:marcelo.moraes@tjmt.jus.br) |
| Área (Departamento/Setor) | Coordenadoria de Tecnologia da Informação |
| Assinatura |  |

* Fiscal administrativo (art. 12, §7º, da Resolução 182/CNJ)

|  |  |
| --- | --- |
| Nome | Marco Antonio Molina Parada |
| Matrícula | 5548 |
| E-Mail | [marco.parada@tjmt.jus.br](mailto:marco.parada@tjmt.jus.br) |
| Área (Departamento/Setor) | Coordenadoria Administrativa |
| Assinatura |  |

* Fiscal administrativo substituto (art. 12, §7º, da Resolução 182/CNJ)

|  |  |
| --- | --- |
| Nome | Anderson Domingues Augusto |
| Matrícula | 10082 |
| E-Mail | [anderson.augusto@tjmt.jus.br](mailto:anderson.augusto@tjmt.jus.br) |
| Área (Departamento/Setor) | Coordenadoria Administrativa |
| Assinatura |  |

# ANÁLISE DE RISCOS (Art. 17)

## Identificação dos Riscos (Art. 17, I)

Os riscos identificados encontram-se enumerados nas tabelas abaixo:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **REFERENTE À FASE**  **( x) Planejamento de Contratação e Seleção do Fornecedor**  **( ) Gestão do Contrato** | | | | |
| **Risco 01** | | Não aprovação dos artefatos do planejamento da contratação. | | Grau do risco  (ALTA) |
| Probabilidade | | ( ) Baixa ( x ) Média ( ) Alta | | |
| Impacto | | ( ) Baixa ( ) Média ( x ) Alta | | |
| **Id.** | **Dano** | | | |
| 1 | Atraso na publicação do edital, podendo inviabilizar a contratação; | | | |
|  | **Ação Preventiva** | | **Responsável** | |
| 1.1 | Reunir com autoridades superiores para sensibilização e aprovação dos artefatos. | | Equipe de Planejamento | |
| 1.2 | Estabelecer procedimentos para que a área administrativa acompanhe a elaboração dos artefatos, evitando envios e devoluções do processo. | | Integrante Demandante | |
| 1.3 | Monitorar o tempo de cada Coordenadoria e/ou Diretoria. | | Equipe de Planejamento | |
|  | **Ação de Contingência** | | **Responsável** | |
| 1 | Priorizar a ação de acompanhamento e construção do projeto, através de força conjunta entre os departamentos. | | Equipe de Planejamento | |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **REFERENTE À FASE**  **( ) Planejamento de Contratação e Seleção do Fornecedor ( x ) Gestão do Contrato** | | | | |
| **Risco 02** | | Atraso ou suspensão no processo licitatório em face de impugnações | | Grau do risco  (ALTA) |
| Probabilidade | | ( ) Baixa ( x ) Média ( ) Alta | | |
| Impacto | | ( ) Baixo ( ) Média ( x ) Alta | | |
| **Id.** | **Dano** | | | |
| 1 | Não implantação da Solução, não cumprimento dos prazos estabelecidos inicialmente no projeto | | | |
|  | **Ação Preventiva** | | **Responsável** | |
| 1.1 | Elaborar o planejamento da contratação considerando soluções similares em outros órgãos. | | Equipe de Planejamento. | |
| 1.2 | Definição dos critérios com respaldo na jurisprudência dos órgãos de controle. | | Equipe de Planejamento. | |
| 1.3 | Verificar o teor de impugnações e recursos em contrações similares. | | Equipe de Planejamento. | |
|  | **Ação de Contingência** | | **Responsável** | |
| 1 | Alocar integralmente os servidores responsáveis e que confeccionaram o TR, para dar respostas e, consequentemente, mitigar as causas que originaram a suspensão do processo licitatório. | | Equipe de Planejamento | |
| 1 | Mitigar e eliminar as causas que obstruem o processo licitatório, consoante as impugnações informadas. | | Equipe de Planejamento | |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **REFERENTE À FASE**  **( x) Planejamento de Contratação e Seleção do Fornecedor**  **( ) Gestão do Contrato** | | | | |
| **Risco 03** | | Baixa concorrência para fornecimento dos objetos da STIC**.** | | Grau do risco  (MÉDIO) |
| Probabilidade | | ( x ) Baixa ( ) Média ( ) Alta | | |
| Impacto | | ( ) Baixa ( ) Média ( x ) Alta | | |
| **Id.** | **Dano** | | | |
| 1 | Baixa concorrência ou até mesmo licitação deserta | | | |
|  | **Ação Preventiva** | | **Responsável** | |
| 1.1 | Realizar ampla pesquisa de preços. | | Equipe de Planejamento | |
| 1.2 | Divulgar amplamente a licitação. | | Departamento Administrativo | |
|  | **Ação de Contingência** | | **Responsável** | |
| 1 | Reavaliar requisitos do Termo de Referência e realizar nova licitação. | | Integrante Demandante com a equipe de planejamento da CTI | |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **REFERENTE À FASE**  **( ) Planejamento de Contratação e Seleção do Fornecedor ( x ) Gestão do Contrato** | | | | |
| **Risco 04** | | Contratação de uma solução que poderia ser evitada ou ser executada em melhores condições. | | Grau do risco  (MÉDIO) |
| Probabilidade | | ( x ) Baixa ( ) Média ( ) Alta | | |
| Impacto | | ( ) Baixo ( ) Média ( x ) Alta | | |
| **Id.** | **Dano** | | | |
| 1 | Problemas durante a gestão do contrato. | | | |
| 2 | Execução de contratações desalinhadas dos objetivos estabelecidos nos planos do TJMT | | | |
| 3 | Adoção de tipo de solução obsoleta ou próximo da obsolescência | | | |
|  | **Ação Preventiva** | | **Responsável** | |
| 1 | Buscar documentos (Estudos Preliminares, Termo de Referência e Contratos) de outros órgãos que contratam objeto semelhante. | | Equipe de Planejamento. | |
| 2 | Fazer levantamento exaustivo das nuances desta Solução de TIC a fim de evitar a celebração de aditivos ou novas contratações não observadas nesta contratação. | | Equipe de Planejamento. | |
| 2 | Utilizar os artefatos da licitação anterior referente a mesma solução ou similar, sempre que houver. | | Equipe de Planejamento. | |
| 3 | Verificar a perspectiva de amadurecimento de cada tipo de solução em análise, descartando aquelas consideradas obsoletas ou próximas da obsolescência. | | Equipe de Planejamento. | |
|  | **Ação de Contingência** | | **Responsável** | |
| 1 | Realizar nova licitação. | | Integrante Demandante | |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **REFERENTE À FASE**  **( ) Planejamento de Contratação e Seleção do Fornecedor**  **( x ) Gestão do Contrato** | | | | |
| **Risco 05** | | Execução dos serviços de forma precária ou abaixo da qualidade prevista | | Grau do risco  (MÉDIO) |
| Probabilidade | | ( ) Baixa (x ) Média ( ) Alta | | |
| Impacto | | ( ) Baixa ( x) Média ( ) Alta | | |
| **Id.** | **Dano** | | | |
| 1 | Atraso na prestação de serviços finalísticos | | | |
| 2 | Insatisfação dos usuários dos recursos tecnológicos | | | |
|  | **Ação Preventiva** | | **Responsável** | |
| 1 | Revisar pormenorizada das cláusulas do Termo de Referência, especialmente no que tange o Acordo de Nível de Serviço e Obrigações da Contratada. | | Equipe de Planejamento | |
| 1 | Auxiliar na instrução da indicação dos integrantes da equipe de fiscalização antes do início da fase de confecção do Termo de Referência. | | Coordenador de Tecnologia da Informação | |
| 2 | Acompanhar a execução do contrato e atuação pró ativa dos fiscais. | | Equipe de Fiscalização | |
|  | **Ação de Contingência** | | **Responsável** | |
| 1 | Fortalecer o acompanhamento dos níveis de serviço/indicadores estabelecidos. | | Fiscal técnico | |
| 1 | Aplicar as sanções previstas no Edital. | | Fiscal técnico | |
| 1 | Intensificar a comunicação com a Contratada. | | Fiscal técnico | |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **REFERENTE À FASE**  **( ) Planejamento de Contratação e Seleção do Fornecedor**  **( x) Gestão do Contrato** | | | | |
| **Risco 06** | | Insatisfação dos fiscais demandantes | | Grau do risco  (ALTA) |
| Probabilidade | | ( ) Baixa (x ) Média ( ) Alta | | |
| Impacto | | ( ) Baixa ( ) Média ( x ) Alta | | |
| **Id.** | **Dano** | | | |
| 1 | Serviços entregues sem a qualidade devida | | | |
| 2 | Serviços entregues fora dos prazos definidos | | | |
|  | **Ação Preventiva** | | **Responsável** | |
| 1 | Aprimorar o acompanhamento técnico das atividades previstas. | | Fiscal Demandante e Fiscal Técnico | |
| 2 | Aprimorar a conferência das informações antes de serem repassados. | | Fiscal Demandante e Fiscal Técnico | |
|  | **Ação de Contingência** | | **Responsável** | |
| 1 | Melhorar a especificação dos requisitos, de modo a representar todas as situações necessárias. | | Fiscal Demandante e Fiscal Técnico | |
| 2 | Aplicação de penalidades | | Fiscal Demandante e Fiscal Técnico | |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **REFERENTE À FASE**  **( ) Planejamento de Contratação e Seleção do Fornecedor**  **( x ) Gestão do Contrato** | | | | |
| **Risco 07** | | Empresa contratada falha com a execução implicando inexecução parcial ou total. | | Grau do risco  (ALTA) |
| Probabilidade | | ( ) Baixa (x ) Média ( ) Alta | | |
| Impacto | | ( ) Baixa ( ) Média ( x ) Alta | | |
| **Id.** | **Dano** | | | |
| 1 | Paralisação parcial do serviço | | | |
| 2 | Paralisação total do serviço | | | |
|  | **Ação Preventiva** | | **Responsável** | |
| 1 | Composição de sanções contratuais adequadas. | | Equipe de Planejamento da Contratação | |
|  | **Ação de Contingência** | | **Responsável** | |
| 2 | Contratação Emergencial. | | Equipe de Planejamento da Contratação | |
| 2 | Execução temporária das atividades por servidores do quadro efetivo do Departamento de Conectividade. | | Fiscal Técnico e Departamento de Conectividade | |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **REFERENTE À FASE**  **( ) Planejamento de Contratação e Seleção do Fornecedor**  **( x ) Gestão do Contrato** | | | | |
| **Risco 08** | | Defasagem de conhecimento tecnológico dos profissionais. | | Grau do risco  (MÉDIO) |
| Probabilidade | | ( ) Baixa (x ) Média ( ) Alta | | |
| Impacto | | ( ) Baixa (x ) Média ( ) Alta | | |
| **Id.** | **Dano** | | | |
| 1 | Insatisfação dos clientes do PJMT com a prestação dos serviços | | | |
|  | **Ação Preventiva** | | **Responsável** | |
| 1 | Aprimorar o acompanhamento técnico das atividades previstas com relação ao perfil profissional dos contratados e da empresa. | | Fiscal Técnico | |
|  | **Ação de Contingência** | | **Responsável** | |
| 1 | Fortalecer o acompanhamento dos níveis de serviço/indicadores estabelecidos. | | Equipe de Planejamento da Contratação | |
| 1 | Verificar se a Contratada está promovendo as capacitações de seus profissionais de modo que eles tenham condições de se aperfeiçoar tecnicamente à medida das evoluções tecnológicas da infraestrutura do PJMT. | | Equipe de Planejamento da Contratação | |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **REFERENTE À FASE**  **( ) Planejamento de Contratação e Seleção do Fornecedor**  **( x) Gestão do Contrato** | | | | |
| **Risco 09** | | Influência do PJMT no alcance dos níveis e indicadores. | | Grau do risco  (MÉDIO) |
| Probabilidade | | ( ) Baixa (x ) Média ( ) Alta | | |
| Impacto | | ( ) Baixa (x ) Média ( ) Alta | | |
| **Id.** | **Dano** | | | |
| 1 | Prejuízos à contratada, uma vez que serão aplicadas glosas nos pagamentos | | | |
|  | **Ação Preventiva** | | **Responsável** | |
| 1 | Revisar pormenorizada das cláusulas no que tange o Acordo de Nível de Serviço e acordar com a Contratada. | | Fiscal Técnico | |
|  | **Ação de Contingência** | | **Responsável** | |
| 1 | Fazer com que os servidores do Departamento de Conectividade realizam intervenções técnicas na infraestrutura somente em casos excepcionais. | | Equipe de Planejamento da Contratação | |
| 1 | As intervenções técnicas somente serão realizadas mediante autorização do fiscal técnico que acompanha a prestação do serviço em sua unidade. | | Equipe de Planejamento da Contratação | |

# APROVAÇÃO DO ESTUDO PRELIMINAR

Cuiabá, 23 de março de 2021.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Benedito Alexandre**  Integrante Demandante |  | **Helvidio Cesar Medeiros Terra**  Integrante Técnico |  | **Marco Antonio Molina Parada**  Integrante Administrativo |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Thomas Augusto Caetano**  Integrante Demandante Substituto |  | **Marcelo Monteiro de Moraes**  Integrante Técnico Substituto |  | **Anderson Domingues Augusto**  Integrante Administrativo Substituto |

# 

# Anexo A

Lista de Potenciais Fornecedores

Contratação de empresa para a prestação de serviços de sustentação de infraestrutura tecnológica e apoio à governança e gestão de TIC do PJMT.

| **Item** | **Fornecedor** |
| --- | --- |
| **1** | **Nome: Ábaco Tecnologia de Informação LTDA**  **Sítio: http://www.abaco.com.br/**  **Telefone: (65) 3617-0777**  **E-mail: douglas.dias@abaco.com.br**  **Contato: Douglas Dias** |
| **2** | **Nome: Algar Tecnologia e Consultoria S. A.**  **Sítio: http://www.algartech.com.br/**  **Telefone: (61) 3246-3100**  **E-mail: janainabr@algartecnologia.com.br**  **Contato: Janaína Barbeitos Ribeiro** |
| **3** | **Nome: BARYON SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA**  **Sítio: https://www.baryon.com.br/**  **Telefone:** [**61 3306-2001**](tel:+55%2061%203306-2001)  **E-mail:** [**sac@baryon.com.br**](mailto:sac@baryon.com.br) |
| **4** | **Nome: B2BR Business to Business Informática**  **Telefone: (61) 3426-3307**  **E-mail: daniele.figueiredo@b2br.com.br**  **Contato: Daniele Figueiredo** |
| **5** | **Nome: Cast Informática.**  **Sítio:** **http://**[**www.cast.com.br**](http://www.cast.com.br)  **Telefone: (61) 3429-7362**  **E-mail: daniel.zapelini@cast.com.br**  **Contato: Daniel Rosa Zapelini** |
| **6** | **Nome: Central IT Tecnologia da Informação Ltda.**  **Sítio: http://**[**www.centralit.com.br**](http://www.centralit.com.br)  **Telefone: (61) 3030-4027**  **E-mail: paula.daniela@centralit.com.br**  **Contato: Paula Daniela França** |
| **7** | **Nome:**  **CIMCORP COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA DE INFORMATICA**  **Sítio:** **http://grupocimcorp.com/pt/**  **Telefone: (11) 2899-6000** |
| **8** | **Nome:**  **CPD Informática**  **Sítio:** **http://www.cpd.com.br/**  **Telefone: (61) 2104-3200**  **E-mail: fabricio.medeiros@cpd.com.br**  **Contato:** **Fabricio Medeiros** |
| **9** | **Nome: CRP comercio de equipamentos e suprimentos de informática**  **Sítio: https://www.crptecnologia.com.br/**  **Telefone: (63) 3212-1952**  **E-mail:** [**comercial@crptecnologia.com.br**](mailto:comercial@crptecnologia.com.br)  **Contato: Ricardo ou Diogo** |
| **10** | **Nome: CTIS TECNOLOGIA S.A**  **Sítio: https://www.ctis.com.br/**  **Telefone: (61) 3426-9252**  **E-mail: Caroline.freire@ctis.com.br**  **Contato: Caroline Freire** |
| **11** | **Nome: COMERCIAL LENA LTDA - LENATEC**  **Sítio: http://www.lenatec.com.br/v2/main/index.asp**  **Telefone: (27) 2123 0700**  **E-mail: marcio@lenatec.com.br**  **Contato:** **Márcio** |
| **12** | **Nome: CTZ CONSULTORIA E INFORMATICA LTDA**  **Sítio: https://www.ctz.com.br**  **Telefone: (51) 3026-2722**  **E-mail: licitacao@ctz.com.br**  **Contato:** |
| **13** | **Nome: DIGISYSTEM SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA**  **Sítio: http://www.digisystem.com.br/**  **Telefone: 11 3528-3000**  **E-mail:** [**comercial@digisystem.com.br**](mailto:comercial@digisystem.com.br)  **Contato:** |
| **14** | **Nome: DSS SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA**  **Sítio: http://www.dssnet.com.br/**  **Telefone: (65) 3614-8220**  **E-mail: Fernando.bellezzia@dssnet.com.br**  **Contato: Fernando Bellezzia** |
| **15** | **Nome: ENGESOFTWARE TECNOLOGIA S/A**  **Sítio: https://www.engesoftware.com.br/**  **Telefone: (61) 3362 5000**  **E-mail:** [**comercial@engesoftware.com.br**](mailto:comercial@engesoftware.com.br) **giuliano.boccucci@engesoftware.com.br**  **Contato: Giuliano Boccucci** |
| **16** | **Nome: EWAVE DO BRASIL INFORMÁTICA**  **Sítio: http://www.ewave.com.br/**  **Telefone: 61-3967-3971**  **E-mail: Thiago.atanazio@gpnet.com.br**  **Contato: cezar.oliveira@ewave.com.br** |
| **17** | **Nome: G&P PROJETOS E SISTEMAS S.A.**  **Sítio: http://www.gpnet.com.br/**  **Telefone: 11 3889-6300**  **E-mail: Thiago.atanazio@gpnet.com.br**  **Contato: Thiago Atanazio** |
| **18** | **Nome: GLOBALWEB OUTSOURCING DO BRASIL LTDA**  **Sítio: https://www.globalweb.com.br/outsourcing/**  **Telefone: 11 3304 3200**  **E-mail: Larissa.jesus@globalweb.com.br**  **Contato: Larissa Jesus** |
| **19** | **Nome: HEPTA TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA**  **Sítio: http://www.hepta.com.br/**  **Telefone: (61) 3961-7777**  **E-mail: shirley.alves@hepta.com.br**  **Contato: Shirley Alves** |
| **20** | **Nome: ILHA SERVICE TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA**  **Sítio: https://www.ilhaservice.com.br/website/**  **Telefone: (48) 3203-7100**  **E-mail: governo@ilhaservice.com.br**  **Contato: Bernardo** |
| **21** | **Nome: IBROWSE - CONSULTORIA & INFORMATICA LTDA**  **Sítio: http://www.ibrowse.com.br/servicos**  **Telefone: (51) 3458-3160**  **E-mail: ibrowse@ibrowse.com.br** |
| **22** | **Nome: INFOTEC CONSULTORIA E PLANEJAMENTO LTDA**  **Sítio: http://infotecbrasil.com.br/**  **Telefone: (21) 2240-1300**  **E-mail:** [**andre.klein@infotecbrasil.com.br**](mailto:andre.klein@infotecbrasil.com.br)  **Contato: André Klein** |
| **23** | **Nome: INTEROP INFORMÁTICA LTDA**  **Sítio: http://new.interop.com.br**  **Telefone: (11) 4063-7881**  **E-mail: negocios@interop.com.br** |
| **24** | **Nome: IOS INFORMATICA, ORGANIZACAO E SISTEMAS LTDA**  **Sítio: http://www.ios.com.br/**  **Telefone: 61 3533-0003**  **E-mail: Larissa.costa@ios.com.br**  **Contato: Larissa Costa** |
| **25** | **Nome:**  **Lanlink**  **Sítio:** **http://www.lanlink.com.br/**  **Telefone: (61) 3329-1105**  **E-mail: Valdinei.zimmer@lanlink.com.br**  **Contato:** **Valdinei Zimmer** |
| **26** | **Nome: LIFE TECNOLOGIA E CONSULTORIA**  **Sítio: https://www.lifecon.com.br/**  **Telefone: (61) 3037-1680** |
| **27** | **Nome: M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A**  **Sítio: https://www.montreal.com.br/**  **Telefone: (21) 2291-6116**  **E-mail: rosane.santos@montreal.com.br**  **Contato: Rosane Santos** |
| **28** | **Nome: NEXA TECNOLOGIA & OUTSOURCING LTDA**  **Sítio: http://www.nexa.com.br/**  **Telefone: (21) 3030-9480**  **E-mail: mirian@nexa.com.br**  **Contato: Mirian** |
| **29** | **Nome: SIGMA DATASERV INFORMÁTICA S.A**  **Sítio: http://www.sigma.com.br/**  **Telefone: (41) 3028-7200**  **E-mail: licitacoes@sigma.com.br**  **Contato: Graziele** |
| **30** | **Nome: SIMETRYA TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI**  **Sítio: http://www.simetrya.com.br/**  **Telefone: 65 3642-1881**  **E-mail: simetrya@simetrya.com.br**  **Contato: Carla** |
| **31** | **Nome: Sopho Business Communications**  **Sítio: http://www.damovo.com.br**  **Telefone: (61) 3316 9134**  **E-mail: wellington.lemos@sopho.com.br**  **Contato: Wellington Lemos** |
| **32** | **Nome: Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática S. A.**  **Sítio: http://stefanini.com/br/**  **Telefone: (61) 3704-8400** |
| **33** | **Nome: Tecnisys Ltda.**  **Sítio:** **http://www.tenisys.com.br**  **Telefone: (61) 3039-9700**  **E-mail: marco.boaventura@tecnisys.com.br**  **Contato: Marco Boaventura** |
| **34** | **Nome: Vert Soluções em TI**  **Sítio:** **http://www.vert.com.br/**  **Telefone: (61) 2103 1016**  **E-mail: sergio.mamede@vert.com.br**  **Contato: Sérgio Mamede** |

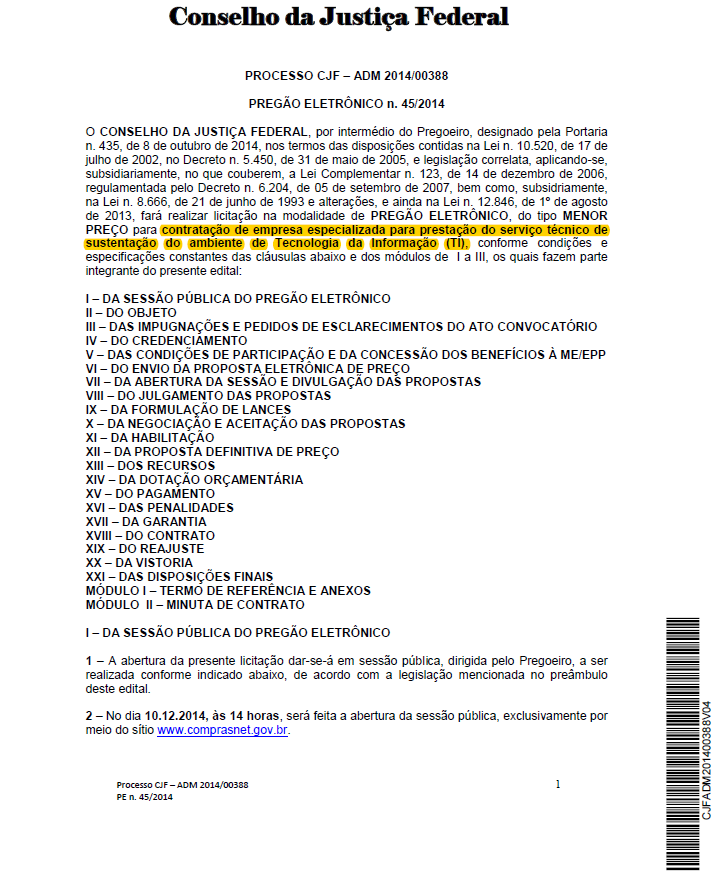
# Anexo B

Contratações Públicas Similares

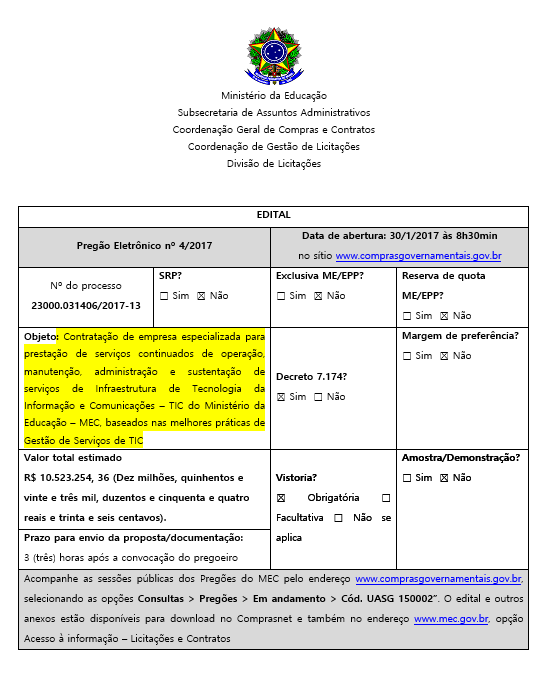
Contratação de empresa para a prestação de serviços de sustentação de infraestrutura tecnológica e apoio à governança e gestão de TIC do PJMT.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Código UASG | Órgão | Pregão | Objeto |
| 90026 | Conselho da Justiça Federal | PE nº 45/2014  (Contrato nº 002/2015) | Terceirização TI |
| 150002 | Ministério da Educação | PE nº 4/2017 | Terceirização TI |
| 40003 | Conselho Nacional de Justiça | PE nº 24/2015 (Contrato nº 33/2015) | Terceirização TI |
| 200248 | Ministério da Justiça | PE nº 25/2016 | Terceirização TI |
| 90027 | Tribunal Regional Federal | PE nº 45/2017  (Contrato nº 51/2017) | Terceirização TI |
| 280101 | Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços | PE Nº 20/2016 | Terceirização TI |

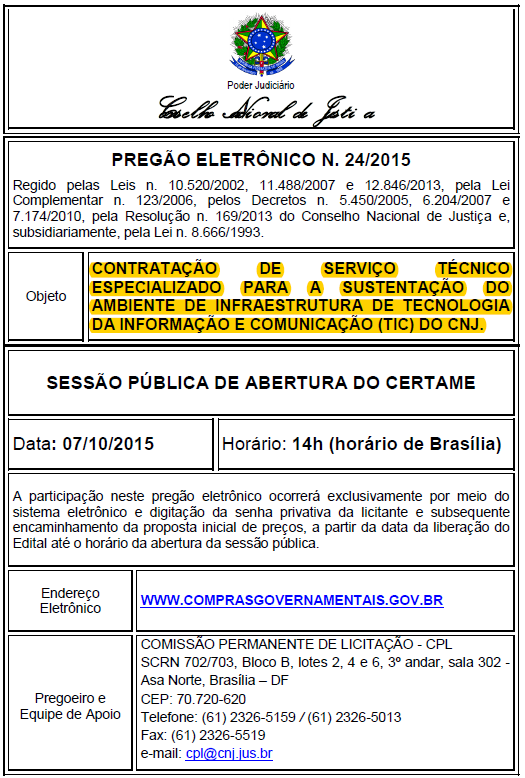
1. **Conselho da Justiça Federal**



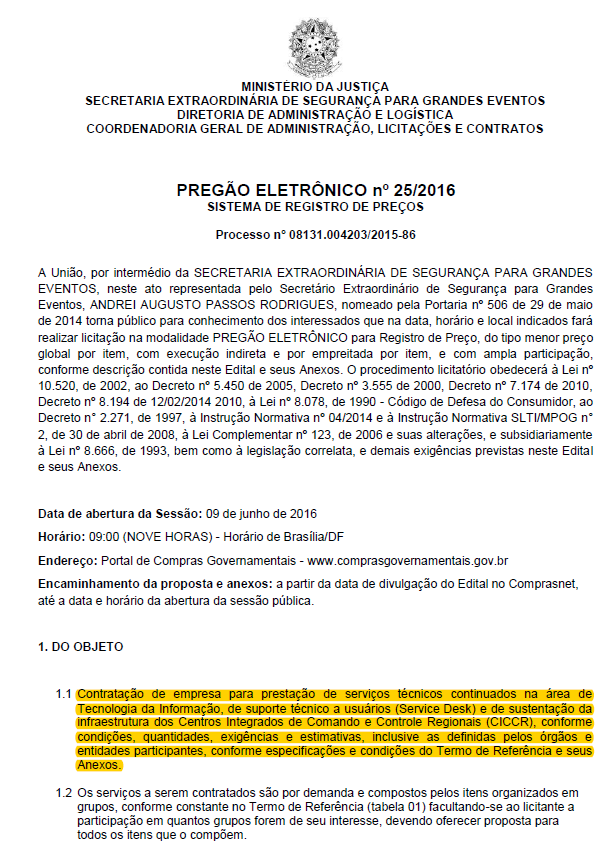
1. **Ministério da Educação**



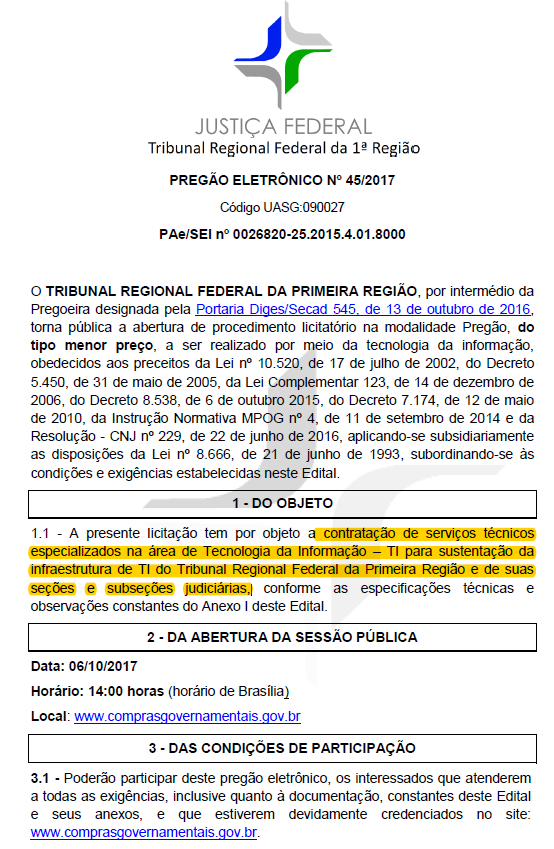
1. **Conselho Nacional de Justiça**



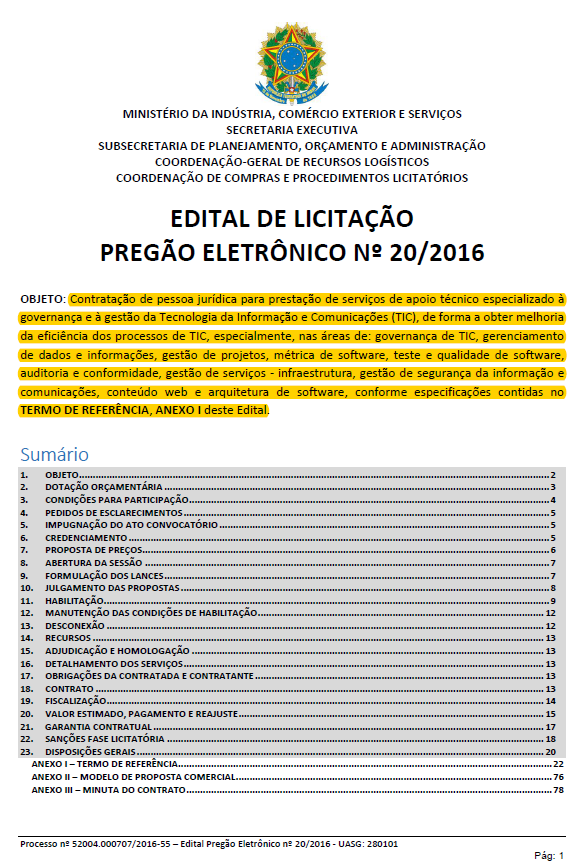
1. **Ministério da Justiça**



1. **Tribunal Regional Federal**



1. **Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços**



# Anexo C

Tabela de Indicadores

Contratação de empresa para a prestação de serviços de sustentação de infraestrutura tecnológica e apoio à governança e gestão de TIC do PJMT.

**TABELA DE INDICADORES DE NÍVEIS DE SERVIÇO EXIGIDO LOTE 1**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Indicador de medição de resultados** | **Unidade de Medida** | **Forma de Cálculo** | **Meta**  **Exigida** | **Redutor aplicável (glosa)** | **Periodicidade** |
| 1 | Disponibilidade do serviço de correio eletrônico | % | |  | | --- | | (Total de tempo com disponibilidade no mês) / (Total do tempo no mês – Tempo fora do escopo de responsabilidade da contratada) X 100 | | >=99,5% | |  | | --- | | 0,2% + (0,1% para cada 1% abaixo da meta exigida). | | Mensal |
| 2 | Disponibilidade do serviço de Diretórios – Active Directory/LDAP | % | |  | | --- | | (Total de tempo com disponibilidade no mês) / (Total do tempo no mês – Tempo fora do escopo de responsabilidade da contratada) X 100 | | >=99,5% | 0,2% + (0,1% para cada 1% abaixo da meta exigida) | Mensal |
| 3 | Disponibilidade do serviço de servidor de arquivos | % | |  | | --- | | (Total de tempo com disponibilidade no mês) / (Total do tempo no mês – Tempo fora do escopo de responsabilidade da contratada) X 100 | | >=99,0% | 0,2% + (0,1% para cada 1% abaixo da meta exigida) | Mensal |
| 4 | Taxa Mensal de sucesso das tarefas de *backup* | % | |  | | --- | | (Total de tarefas executadas com sucesso no mês) / (Total de Tarefas Executadas) x 100 | | >=99,0% | 0,2% + (0,1% para cada 1% abaixo da meta exigida) | Mensal |
| 5 | Taxa Mensal de sucesso das restaurações de *backup* | % | Quantidade total de restaurações de backup executadas com sucesso / Quantidade total de restaurações de backup executadas no período) x 100 | >= 95% | 0,2% + (0,1% para cada 1% abaixo da meta exigida) | Mensal |
| 6 | Disponibilidade dos Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados – SGBD’s | % | |  | | --- | | (Total de tempo com disponibilidade no mês) / (Total do tempo no mês – Tempo fora do escopo de responsabilidade da contratada) X 100 | | >= 99,7% | 0,2% + (0,1% para cada 1% abaixo da meta exigida) | Mensal |
| 7 | |  | | --- | | Disponibilidade dos Sistemas Críticos do PJMT. | | % | |  | | --- | | (Total de tempo com disponibilidade no mês) / (Total do tempo no mês – Tempo fora do escopo de responsabilidade da contratada) X 100 | | >= 99,5% | 0,2% + (0,1% para cada 1% abaixo da meta exigida) | Mensal |
| 8 | |  | | --- | | Disponibilidade do Cluster de Container. | | % | |  | | --- | | (Total de tempo com disponibilidade no mês) / (Total do tempo no mês – Tempo fora do escopo de responsabilidade da contratada) X 100 | | >= 99,5% | 0,2% + (0,1% para cada 1% abaixo da meta exigida) | Mensal |
| 9 | |  | | --- | | Disponibilidade do ambiente de virtualização de servidores do PJMT | | % | |  | | --- | | (Total de tempo com disponibilidade no mês) / (Total do tempo no mês – Tempo fora do escopo de responsabilidade da contratada) X 100 | | >= 99,7% | 0,2% + (0,1% para cada 1% abaixo da meta exigida) | Mensal |
| 10 | |  | | --- | | Disponibilidade da rede de dados cabeada. | | % | |  | | --- | | (Total de tempo com disponibilidade no mês) / (Total do tempo no mês – Tempo fora do escopo de responsabilidade da contratada) X 100 | | >= 99,7% | 0,2% + (0,1% para cada 1% abaixo da meta exigida) | Mensal |
| 11 | Disponibilidade da rede de dados sem fio (wireless). | % | (Total de tempo com disponibilidade no mês) / (Total do tempo no mês – Tempo fora do escopo de responsabilidade da contratada) X 100 | >=99,0% | 0,2% + (0,1% para cada 1% abaixo da meta exigida) | Mensal |
| 12 | |  | | --- | | Disponibilidade da ferramenta de monitoramento de serviços de rede e sistemas (CA). | | % | (Total de tempo com disponibilidade no mês) / (Total do tempo no mês – Tempo fora do escopo de responsabilidade da contratada) X 100 | >=99,5% | 0,2% + (0,1% para cada 1% abaixo da meta exigida) | Mensal |
| 13 | |  | | --- | | Disponibilidade da rede de telefonia VOIP | | % | (Total de tempo com disponibilidade no mês) / (Total do tempo no mês – Tempo fora do escopo de responsabilidade da contratada) X 100 | >=99,5% | 0,2% + (0,1% para cada 1% abaixo da meta exigida) | Mensal |
| 14 | |  | | --- | | Índice de resolução de incidentes de criticidade alta. | | % | (Total de incidentes de criticidade alta resolvidos em até 2 horas do seu recebimento (mês) / Total de incidentes de criticidade alta recebidos (mês)) X 100 | >=95,0% | 0,4% + (0,2% para cada 1% abaixo da meta exigida) | Mensal |
| 15 | |  | | --- | | Índice de resolução de incidentes de criticidade média. | | % | |  | | --- | | (Total de incidentes de criticidade média resolvidos em até 6 horas do seu recebimento (mês) / Total de incidentes de criticidade média recebidos (mês)) X 100 | | >=95,0% | |  | | --- | | 0,4% + (0,2% para cada 1% abaixo da meta exigida). | | Mensal |
| 16 | |  | | --- | | Índice de resolução de incidentes de criticidade baixa. | | % | |  | | --- | | (Total de incidentes de criticidade baixa resolvidos em até 24 horas do seu recebimento (mês) / Total de incidentes de criticidade baixa recebidos (mês)) X 100 | | >=95,0% | |  | | --- | | 0,4% + (0,2% para cada 1% abaixo da meta exigida). | | Mensal |
| 17 | |  | | --- | | Índice de Requisições resolvidas em até 2 horas do seu recebimento. | | % | |  | | --- | | (Total de requisições resolvidas em até 2 horas do seu recebimento (mês) / Total de requisições recebidas (mês)) X 100. | | >=70,0% | |  | | --- | | 0,2% + (0,1% para cada 1% abaixo da meta exigida). | | Mensal |
| 18 | |  | | --- | | Índice de Requisições resolvidas em até 6 horas do seu recebimento. | | % | |  | | --- | | (Total de requisições resolvidas em até 6 horas do seu recebimento (mês) / Total de requisições recebidas (mês)) X 100. | | >=80,0% | |  | | --- | | 0,4% + (0,2% para cada 1% abaixo da meta exigida). | | Mensal |
| 19 | |  | | --- | | Índice de Requisições resolvidas em até 24 horas do seu recebimento. | | % | |  | | --- | | (Total de requisições resolvidas em até 24 horas do seu recebimento (mês) / Total de requisições recebidas (mês)) X 100. | | >=95,0% | |  | | --- | | 0,6% + (0,3% para cada 1% abaixo da meta exigida). | | Mensal |
| 20 | Índice de Requisições resolvidas em até 36 horas do seu recebimento. | % | (Total de requisições resolvidas em até 36 horas do seu recebimento (mês) / Total de requisições recebidas (mês)) X 100. | =100 | |  | | --- | | 0,8% + (0,4% para cada 1% abaixo da meta exigida). | | Mensal |
| 21 | Índice de Requisições de usuários críticos resolvidas em até 1 hora do seu recebimento. | % | (Total de requisições de usuários críticos resolvidas em até 1 hora do seu recebimento (mês) / Total de requisições de usuários críticos recebidas (mês)) X 100. | >=70,0% | 0,2% + (0,1% para cada 1% abaixo da meta exigida). | Mensal |
| 22 | Índice de Requisições de usuários críticos resolvidas em até 3 horas do seu recebimento. | % | |  | | --- | | (Total de requisições de usuários críticos resolvidas em até 3 horas do seu recebimento (mês) / Total de requisições de usuários críticos recebidas (mês)) X 100. | | >=80,0% | |  | | --- | | 0,4% + (0,2% para cada 1% abaixo da meta exigida). | | Mensal |
| 23 | |  | | --- | | Índice de Requisições de usuários críticos resolvidas em até 12 horas do seu recebimento. | | % | |  | | --- | | (Total de requisições de usuários críticos resolvidas em até 12 horas do seu recebimento (mês) / Total de requisições de usuários críticos recebidas (mês)) X 100. | | >=95,0% | |  | | --- | | 0,6% + (0,3% para cada 1% abaixo da meta exigida). | | Mensal |
| 24 | |  | | --- | | Índice de Requisições de usuários críticos resolvidas em até 24 horas do seu recebimento. | | % | |  |  | | --- | --- | | (Total de requisições de usuários críticos resolvidas em até 24 horas do seu recebimento (mês) / Total de requisições de usuários críticos   |  | | --- | | recebidas (mês)) X 100. | | | =100 | |  | | --- | | 0,8% + (0,4% para cada 1% abaixo da meta exigida). | | Mensal |
| 25 | |  | | --- | | Ocorrências de interrupção do atendimento a incidentes de criticidade alta não aprovadas pelo CONTRATANTE. | | Ocorrência | |  | | --- | | Quantidade de ocorrências de interrupções do atendimento a incidentes de criticidade alta não aprovadas pelo CONTRATANTE. | | =0 | |  | | --- | | 0,3% por ocorrência | | Mensal |
| 26 | |  | | --- | | Tempo máximo para abertura de chamados em caso de indisponibilidade de hardware e/ou software com contrato de suporte com terceiros. | | Minutos | |  | | --- | | Tempo decorrido entre a identificação da indisponibilidade e a abertura do chamado | | |  | | --- | | <= 30 | | |  | | --- | | 0,3% por ocorrência | | Mensal |

**Tabela de indicador para o serviço de Supervisão**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Indicador** | **Instrumento de medição de resultados (IMR)** | **Meta**  **Exigida** | **Periodicidade** | **Norma** | **Redutor aplicável (glosa)** |
| 27 | Índice de dados inconsistentes e/ou incompletos | Não aplicável | <=1% | Mensal | (Total de demandas da amostra registradas de modo incompleto, inconsistente ou em desacordo com a base de conhecimento / Total de demandas da amostra) x 100 | 0,3% + (0,1% para cada 1% acima da meta exigida) |
| 28 | Interrupção dos serviços prestados sem autorização do TJMT | Não aplicável | = 0 | Mensal | Ocorrências em que os serviços prestados foram interrompidos indevidamente. Conforme resultado da amostragem (\*) | 2% para cada ocorrência |

(\*). Observada a descontinuidade no atendimento; A interrupção no atendimento sem a anuência do supervisor da contratada e do contratante; Interrupções sem o devido registro no chamado da razão e dos supervisores das partes envolvidas; será feita por amostragem.

**Lote 2 - Tabela de indicador para os serviços de Apoio à Governança e Gestão de TIC**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Indicador** | **Instrumento de medição de resultados (IMR)** | **Meta**  **Exigida** | **Periodicidade** | **Norma** | **Redutor aplicável (glosa)** |
| 29 | Índice de plano de ação definido | Conforme plano de ação definido pela Contratante | >=90% | Mensal | (Total de ações definidas resolvidos dentro do prazo / Total de ações definidas) x 100   * Salvo as ações que forem reconhecidas de dependência de terceiros e que afetem a sua conclusão. | 0,2% + (0,1% para cada 1% abaixo da meta exigida) |

# Anexo D

Composição da formação de preços salariais dos profissionais

Contratação de empresa para a prestação de serviços de sustentação de infraestrutura tecnológica e apoio à governança e gestão de TIC do PJMT.

Pesquisa de mercado, com os salários praticados para os profissionais especializados:

A qualificação que se entende necessária ao prestador de serviço deve ser dividida em três partes: conhecimentos técnicos, experiência e competências comportamentais do profissional.

As exigências técnicas, incluindo formação acadêmica e certificações requisitadas ao profissional referem-se a tecnologias e metodologias de trabalho necessárias ao serviço de infraestrutura de TIC do PJMT, considerando as plataformas tecnológicas, níveis de qualidade exigidos e práticas de desenvolvimento em uso nesta Coordenadoria de TI.

Quanto a experiência profissional, é de extrema relevância pois será determinada a classificação dos níveis dos perfis em Pleno, Sênior e Especialista em decorrência desta circunstância. As experiências e vivências na área de atuação somado aos anos de trabalho, detêm uma visão mais ampla do serviço a ser prestado, desenvolvendo competências e habilidades que são traduzidos em maturidade profissional.

Entende-se que as competências comportamentais exigidas, como proatividade, trabalho em equipe, eficácia de auto gerenciamento e tomada de decisão, capacidade de comunicação, entre outros, são essenciais para o serviço de sustentação de infraestrutura do Departamento de Conectividade do PJMT.

Para esta composição, abarcarmos várias fontes confiáveis de preços, como os guias salariais Robert Half, Hays, PageGroup que são reconhecidos a nível nacional, assim como os valores salariais do Sistema Nacional de Emprego – SINE, que trata-se de órgão do governo federal que reúne os valores das médias salariais. Apresentamos, ainda, contratações públicas similares que apresentam os valores dos perfis profissionais.

**Lote 1 – Apoio Técnico de TIC**

Fonte 1 -

|  |  |
| --- | --- |
| **Perfil** | **Média Salarial (APINFO-2019)\*** |
| Coordenador de Projetos - Supervisor | R$ 12.564,00\*\* |
| AD Adm de Dados- Administrador de Redes Pleno | R$ 8.721,00 |
| Analista de BI- Suporte e administração de banco de dados - Sênior | R$ 9.673,00\*\* |
| DBA Adm. Base de Dados - Suporte e administração de banco de dados - Especialista | R$ 9.324,00 |
| Analista de Segurança Sistemas- DevOps Especialista em desenvolvimento e operação de processos e ferramentas pleno | R$ 8.793,00 |

\*Fonte: <http://www.apinfo2.com/apinfo/informacao/p12sal-br.cfm>

\*\* Consoante o reajuste salarial que será realizado por decorrência do baixo orçamento para o projeto, não incluiremos esta fonte de preço para conseguirmos adequar o valor salarial a menor.

Fonte 2 -

|  |  |
| --- | --- |
| **Perfil** | **Média Salarial (Robert Half Guia Salarial 2019)\*** |
| Gerente de Infraestrutura - Supervisor | R$ 10.000,00 |
| Analista de Segurança Pleno - Administrador de Redes Pleno | R$ 8.000,00 |
| Analista de Segurança Sênior - Administrador de Redes Sênior | R$ 12.000,00\*\* |
| Especialidade de Redes- Administrador de Redes Especialista | R$ 12.000,00 |
| DBA - Suporte e administração de banco de dados Sênior | R$ 10.000,00\*\* |
| Analista de Big Data - Suporte e administração de banco de dados Especialista | R$ 12.500,00\*\* |
| Analista de DevOps - DevOps Especialista em desenvolvimento e operação de processos e ferramentas- Pleno | R$ 6.255,00\*\*\* |
| Analista de DevOps - DevOps Especialista em desenvolvimento e operação de processos e ferramentas- Sênior | R$ 12.000,00\*\* |
| Analista de suporte Junior - Suporte a infraestrutura de redes de dados - Pleno | R$ 3.605,00\*\*\*\* |
| Analista de suporte pleno - Suporte a infraestrutura de redes de dados - Sênior | R$ 5.500,00 |

\*Fonte: https://www.roberthalf.com.br/guia-salarial

\*\* Consoante o reajuste salarial que será realizado por decorrência do baixo orçamento para o projeto, não incluiremos esta fonte de preço para conseguirmos adequar o valor salarial a menor.

\*\*Incluso 39% no valor de R$ 4.500,00 devido a solicitação de habilidades específicas para o perfil.

\*\*\*Incluso 3% no valor de R$ 3.500,00 devido a solicitação de habilidades específicas para o perfil.

Fonte 3 -

|  |  |
| --- | --- |
| **Perfil** | **TJMT (Contrato 21/2014)\*** |
| Administrador de Rede – Administrador de Redes Pleno | R$ 6.865,46\*\* |
| Técnico de Rede - Suporte a infraestrutura de redes de dados pleno | R$ 4.119,22\*\* |
| Técnico de Rede - Suporte a infraestrutura de redes de dados sênior | R$ 4.119,22\*\* |

\*Fonte: <http://www.tjmt.jus.br/Institucional/G/604> - Valores do último termo aditivo do referido contrato.

\*\* Incluso o valor de 2,5% referente ao dissídio coletivo 2018-2019.

Fonte 4 -

|  |  |
| --- | --- |
| **Perfil** | **Média Salarial (Remuneração Hays 2018)\*** |
| Gerente de Infraestrutura/Telecom - Supervisor | R$ 14.786,21 \*\* |
| Analista de BI- Suporte e administração de banco de dados Sênior | R$ 8.830,65 |
| Analista de Segurança da Informação – Administrador de Redes Sênior | R$ 9.510,92 |
| Analista de Devops - DevOps Especialista em desenvolvimento e operação de processos e ferramentas pleno | R$ 8.050.27 |

\*Fonte: http://www.hays.com.br/guia-salarial-2018/index.htm

\*\* Consoante o reajuste salarial que será realizado por decorrência do baixo orçamento para o projeto, não incluiremos esta fonte de preço para conseguirmos adequar o valor salarial a menor.

Fonte 5 -

|  |  |
| --- | --- |
| **Perfil** | **SINE 2019\*** |
| Supervisor de TI – Supervisor | R$ 13.073,62 |
| Administrador de Redes Sênior- Administrador de Redes Sênior | R$ 6.853,99 |
| Administrador de Redes Especialista- Administrador de Redes Especialista | R$ 8.567,49 |
| Analista de Banco de Dados Master- Suporte e administração de banco de dados Especialista | R$ 11.168,63 |
| Analista Desenvolvedor - DevOps Especialista em desenvolvimento e operação de processos e ferramentas pleno | R$ 8.676,45 |
| Analista Desenvolvedor - DevOps Especialista em desenvolvimento e operação de processos e ferramentas sênior | R$ 8.676,45 |

\*Fonte: [http://www.trabalhabrasil.com.br/media-salarial-para-{funcaomediasalarial](http://www.trabalhabrasil.com.br/media-salarial-para-%7bfuncaomediasalarial))

Fonte 6 –

|  |  |
| --- | --- |
| **Perfil** | **PageGroup2019\*** |
| Supervisor– Supervisor | R$ 12.000,00 |
| Analista de Infraestrutura– Administrador de Redes Pleno | R$7.000,00 |
| Administrador de Redes Sênior- Administrador de Redes Sênior | R$ 9.000,00 |
| Especialista de Infraestrutura/Telecom- Administrador de Redes Especialista | R$ 13.000,00\*\* |
| Administrador Sênior de Banco de DBA- Suporte e administração de banco de dados Especialista | R$12.500,00\*\* |
| Analista de BI- Suporte e administração de banco de dados Sênior | R$ 9.000,00 |
| Analista em Segurança da Informação - DevOps Especialista em desenvolvimento e operação de processos e ferramentas pleno | R$6.500,00 |
| Analista Desenvolvedor - DevOps Especialista em desenvolvimento e operação de processos e ferramentas sênior | R$9.500,00 |
| Analista de Suporte - Suporte a infraestrutura Sênior | R$ 5.000,00 |

\*Fonte: https://www.pagepersonnel.com.br/central-de-conte%C3%BAdo/nossos-insights/guia-de-sal%C3%A1rios-2019

\*\* Consoante o reajuste salarial que será realizado por decorrência do baixo orçamento para o projeto, não incluiremos esta fonte de preço para conseguirmos adequar o valor salarial a menor.

Fonte 7–

|  |  |
| --- | --- |
| **Perfil** | **CNJ (Contrato 33/2015)\*** |
| Analista de Suporte Pleno- Administrador de Redes Pleno | R$ 6.391,58\*\* |
| Técnico de Comunicações - Suporte a infraestrutura de redes de dados | R$ 4.948,32\*\*\* |

\*Fonte: <http://cnj.jus.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/81232-contrato-n-33-2015-firmado-entre-o-cnj-e-a-empresa-algar-tecnologia-e-consultoria-s-a-cnpj-n-21-246-699-0031-60-processo-n-2213-2015>

\*\* Incluso 3,09% no valor de R$ 6.200,00 devido ao dissidio coletivo do terceiro termo aditivo do Contrato n. 33/2015-CNJ.

\*\*\* Incluso 3,09% no valor de R$ 4.800,00 devido ao dissidio coletivo do terceiro termo aditivo do Contrato n. 33/2015-CNJ.

Fonte 8 –

|  |  |
| --- | --- |
| **Perfil** | **Pregão Eletrônico n. 4/2017 MEC\*** |
| Supervisor Técnico – Supervisor | R$ 9.948,11\*\* |
| Analista de Rede – Administrador de Redes Pleno | R$ 6.748,68\*\*\* |
| DBA sênior- Suporte e administração de banco de dados | R$ 9.080,07\*\*\*\* |

\*Fonte: <http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao/33411-licitacoes-1081432346/administracao-direta-licitacoes-do-ano-de-2017/44131-pregao-eletronico-n-04-2017>

\*\* Incluso 9,28% no valor de R$ 9.103,33 devido ao dissidio coletivo do Sindpd-DF.

\*\*\* Incluso 9,28% no valor de R$ 6.175,59 devido ao dissidio coletivo do Sindpd-DF.

\*\*\*\* Incluso 9,28% no valor de R$ 8.309,00 devido ao dissidio coletivo do Sindpd-DF.

|  |  |
| --- | --- |
| **Perfil** | **Média geral \*** |
| Supervisor | R$ 10.000,00 (Fonte 2) + R$ 13.073,62 (Fonte 5) + R$ 12.000,00 (Fonte 6) + R$ 9.948,11 (Fonte 8) /4 = **R$ 11.255,43** |
| Administrador de Redes Pleno | R$ 8.721,00 (Fonte 1) + R$ 8.000,00 (Fonte 2) + R$ 6.865,46 (Fonte 3) + R$ 7.000,00 (Fonte 6) + R$ 6.391,58 (Fonte 7) + R$ 6.748,68 (Fonte 8) /6 = **R$ 7.287,79** |
| Administrador de Redes Sênior | R$ 9.510,92 (Fonte 4) + R$ 6.853,99 (Fonte 5) + R$ 9.000,00 (Fonte 6) /3 = **R$ 8.454,97** |
| Administrador de Redes Especialista | R$ 12.000,00 (Fonte 2) + R$ 8.567,59 (Fonte 5) /2 = **R$ 10.283,80** |
| Suporte e administração de banco de dados Sênior | R$ 8.830,65 (Fonte 4) + R$ 9.000,00 (Fonte 6) + R$ 9.080,07 (Fonte 8) /3 = **R$ 8.970,24** |
| Suporte e administração de banco de dados Especialista | R$ 9.324,00 (Fonte 1) + R$ 11.168,63 (Fonte 5) /2 = **R$ 10.246,32** |
| DevOps Especialista em desenvolvimento e operação de processos e ferramentas Pleno | R$8.793,00 (Fonte 1) + R$ 6.255,00 (Fonte 2) + R$8.050,27 (Fonte 4) + R$ 8.676,45 (Fonte 5) + R$ 6.500,00 (Fonte 6) /5 = **R$7.654,94** |
| DevOps Especialista em desenvolvimento e operação de processos e ferramentas Sênior | R$ 8.676,45(Fonte 5) + R$9.500,00 (Fonte 6) /2 = **R$ 9.088,23** |
| Suporte a infraestrutura de redes de dados (técnico) Pleno | R$ 3.605,00 (Fonte 2) + R$ 4.119,22 (Fonte 3) + R$ 4.948,32 (Fonte 7) /3 = **R$ 4.224,18** |
| Suporte a infraestrutura de redes de dados (técnico) Sênior | R$ 5.500,00 (Fonte 2) + R$ 4.119,22 (Fonte 3) + R$ 5.000,00 (Fonte 6) /3 = **R$ 4.873,07** |

|  |  |
| --- | --- |
| **Perfil** | **Média Salarial utilizada para a contratação** |
| Supervisor | R$ 11.500,00 |
| Administrador de Redes Pleno | R$ 7.200,00 |
| Administrador de Redes Sênior | R$ 8.500,00 |
| Administrador de Redes Especialista | R$ 10.000,00 |
| Suporte e administração de banco de dados Sênior | R$ 8.500,00 |
| Suporte e administração de banco de dados Especialista | R$ 10.000,00 |
| DevOps Especialista em desenvolvimento e operação de processos e ferramentas Pleno | R$ 7.200,00 |
| DevOps Especialista em desenvolvimento e operação de processos e ferramentas Sênior | R$ 8.500,00 |
| Suporte a infraestrutura de redes de dados (técnico) Pleno | R$ 4.200,00 |
| Suporte a infraestrutura de redes de dados (técnico) Sênior | R$ 4.800,00 |

**Lote 2 – Apoio à Governança e Gestão de TIC**

Fonte 1 -

|  |  |
| --- | --- |
| **Perfil** | **Média Salarial (APINFO-2019)\*** |
| Analista de Projetos – Gestão de Projetos | R$ 7.833,00 |
| Analista de Projetos – Governança de TIC | R$ 7.833,00 |
| Analista de processos – Auditoria e Conformidade Sênior | R$ 5.773,00 |

\*Fonte: <http://www.apinfo2.com/apinfo/informacao/p12sal-br.cfm>

Fonte 2 -

|  |  |
| --- | --- |
| **Perfil** | **Média Salarial (Robert Half Guia Salarial 2019)\*** |
| Analista de Projetos – Gestão de Projetos | R$ 8.640,00\*\* |
| Analista de Projetos – Governança de TIC | R$ 8.640,00\*\* |
| Analista de negócios– Auditoria e Conformidade Sênior | R$ 6.300,00\*\*\* |
| Analista de Segurança Júnior- Auditoria e Conformidade Pleno | R$ 3.500,00 |

\*Fonte: https://www.roberthalf.com.br/guia-salarial

\*\* Incluso 8% no valor de R$ 8.00,00 devido a solicitação de habilidades específicas para o perfil.

\*\*\* Incluso 5% no valor de R$ 6.00,00 devido a solicitação de habilidades específicas para o perfil.

Fonte 3 -

|  |  |
| --- | --- |
| **Perfil** | **TJMT (Contrato 21/2014)\*** |
| Controlador de Projetos - Gestão de Projetos | R$ 8.238,55 |
| Controlador de Projetos - Governança de TIC | R$ 8.238,55 |

\*Fonte: <http://www.tjmt.jus.br/Institucional/G/604> - Valores do último termo aditivo do referido contrato.

\*\* Incluso o valor de 2,5% sobre o valor de R$ 8.037,61 referente ao dissídio coletivo 2018-2019.

Fonte 4 -

|  |  |
| --- | --- |
| **Perfil** | **Média Salarial (Remuneração Hays 2018)\*** |
| Analista de Projetos - Gestão de Projetos | R$ 8.512,34 |
| Analista de Projetos – Governança de TIC | R$ 8.512,34 |
| Analista de Negócios e Processos - Auditoria e Conformidade Pleno | R$ 4.802,95 |

\*Fonte: http://www.hays.com.br/guia-salarial-2018/index.htm

Fonte 5 -

|  |  |
| --- | --- |
| **Perfil** | **TJMT (Contrato 131/2017)\*** |
| Analista de Projetos – Gestão de Projetos | R$ 8.369,60 |
| Analista de Projetos – Governança de TIC | R$ 8.369,60 |

\*Fonte: <http://www.tjmt.jus.br/Institucional/G/604>.

\*\* Utilizamos somente o valor deste perfil profissional, por ser o único condizente com as exigências de formação e experiência profissional.

\*\* Incluso o valor de 2,5% sobre o valor de R$ 8.165,47 referente ao dissídio coletivo 2018-2019.

Fonte 6 -

|  |  |
| --- | --- |
| **Perfil** | **PageGroup2019\*** |
| Analista de Projetos - Gestão de Projetos | R$ 9.500,00 |
| Analista de Projetos – Governança de TIC | R$ 9.500,00 |

\*Fonte: https://www.pagepersonnel.com.br/central-de-conte%C3%BAdo/nossos-insights/guia-de-sal%C3%A1rios-2019

Fonte 7 -

|  |  |
| --- | --- |
| **Perfil** | **SINE 2019\*** |
| Analista de Tecnologia – Auditoria e Conformidade Sênior | R$5.963,30 |
| Analista de Tecnologia – Auditoria e Conformidade Pleno | R$ 3.816,51 |

\*Fonte: http://www.trabalhabrasil.com.br/media-salarial-para-{funcaomediasalarial)

|  |  |
| --- | --- |
| **Perfil** | **Média geral \*** |
| Gestão de Projetos | R$ 7.833,00 (Fonte 1) + R$ 8.640,00 (Fonte 2) + R$ 8.238,55 (Fonte 3) + R$ 8.512,34 (Fonte 4) + R$ 8.369,60 (Fonte 5) + R$ 9.500,00 (Fonte 6) /6 = **R$ 8.515,58** |
| Governança de TIC | R$ 7.833,00 (Fonte 1) + R$ 8.640,00 (Fonte 2) + R$ 8.238,55 (Fonte 3) + R$ 8.512,34 (Fonte 4) + R$ 8.369,60 (Fonte 5) + R$ 9.500,00 (Fonte 6) /6 = **R$ 8.515,58** |
| Auditoria e Conformidade Sênior | R$ 5.773,00 (Fonte 1) + R$ 6.300,00 (Fonte 2) + R$ 5.963,30 (Fonte 7) /3 = **R$ 6.012,10** |
| Auditoria e Conformidade Pleno | R$ 3.500,00 (Fonte 2) + R$ 4.802,95 (Fonte 4) + R$ 3.816,51 (Fonte 7) /3 = **R$ 4.039,82** |

|  |  |
| --- | --- |
| **Perfil** | **Média Salarial utilizada para a contratação** |
| Gestão de Projetos | R$ 8.500,00 |
| Governança de TIC | R$ 8.500,00 |
| Auditoria e Conformidade Sênior | R$ 6.000,00 |
| Auditoria e Conformidade Pleno | R$ 4.000,00 |

Estimativa de custo dos Encargos Sociais Incidentes sobre a remuneração será conforme planilha estimativa de custos para todos os perfis profissionais no Termo de Referência.

# Anexo e

Orçamentos

Contratação de empresa para a prestação de serviços de sustentação de infraestrutura tecnológica e apoio à governança e gestão de TIC do PJMT.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ESTIMATIVA DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUSTENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA E APOIO À GOVERNANÇA E GESTÃO DE TIC DO PJMT** | | | | | | | | |
| **LOTE 1 – APOIO TÉCNICO** | ITEM | SERVIÇO | UNID. DE MEDIÇÃO | QTDE | **SALÁRIO** | **PREÇO UNITÁRIO** | **VALOR UNITÁRIO MENSAL** | **VALOR ANUAL** |
| Prestação de serviços técnicos de sustentação de infraestrutura tecnológica do PJMT | 1 | Supervisor | Delegação de tarefas/  Profissionais (Com indicativo de salário e IMR) | 2 | **R$ 11.500,00** | **R$ 26.100,01** | **R$ 52.200,62** | **R$ 626.400,24** |
| 2 | Administrador de Redes Pleno | 6 | **R$ 7.200,00** | **R$ 16.682,52** | **R$ 100.095,12** | **R$ 1.201.141,44** |
| 3 | Administrador de Redes Sênior | 4 | **R$ 8.500,00** | **R$ 19.524,50** | **R$ 78.098,00** | **R$ 937.176,00** |
| 4 | Administrador de Redes Especialista | 5 | **R$ 10.000,00** | **R$ 22.803,71** | **R$ 114.018,55** | **R$ 1.368.222,60** |
| 5 | Suporte e administração de banco de dados Sênior | 1 | **R$ 8.500,00** | **R$ 19.524,50** | **R$ 19.524,50** | **R$ 234.294,00** |
| 6 | Suporte e administração de banco de dados Especialista | 1 | **R$ 10.000,00** | **R$ 22.803,71** | **R$ 22.803,71** | **R$ 273.644,52** |
| 7 | DevOps Especialista em desenvolvimento e operação de processos e ferramentas Pleno | 2 | **R$ 7.200,00** | **R$ 16.682,52** | **R$ 33.365,04** | **R$ 400.380,48** |
| 8 | DevOps Especialista em desenvolvimento e operação de processos e ferramentas Sênior | 1 | **R$ 8.500,00** | **R$ 19.524,50** | **R$ 19.524,50** | **R$ 234.294,00** |
| 9 | Suporte a infraestrutura de redes de dados (técnico) Pleno | 2 | **R$ 4.200,00** | **R$ 10.124,07** | **R$ 20.248,14** | **R$ 242.977,68** |
| 10 | Suporte a infraestrutura de redes de dados (técnico) Sênior | 2 | **R$ 4.800,00** | **R$ 11.435,76** | **R$ 22.871,52** | **R$ 274.458,24** | |
| **VALOR TOTAL ESTIMADO MENSAL – LOTE 1** | | | | **26** | **-** | **R$ 185.205,80** | **R$ 482.749,10** | **R$ 5.792.989,20** | |
| **Previsão para Hora extra de 5% do valor total da vigência** | | | | | **-** | **R$ 9.260,29** | **R$ 24.137,46** | **R$ 289.649,46** | |
| **Previsão para despesa com deslocamento de 3% do valor total da vigência** | | | | | **-** | **R$ 5.556,17** | **R$ 14.482,47** | **R$ 173.789,68** | |
| **TOTAL GLOBAL** | | | | | **-** | **R$ 200.022,26** | **R$ 521.369,03** | **R$ 6.256.428,34** | |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ESTIMATIVA DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUSTENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA E APOIO À GOVERNANÇA E GESTÃO DE TIC DO PJMT** | | | | | | | | | |
| LOTE 2 – APOIO A GESTÃO E GOVERNANÇA DE TIC | ITEM | SERVIÇO | UNID. DE MEDIÇÃO | QTDE | **SALÁRIO** | **PREÇO UNITÁRIO** | **VALOR UNITÁRIO MENSAL** | **VALOR ANUAL** | **VALOR VIGÊNCIA CONTRATUAL (30 MESES)** |
| Prestação de serviços técnicos de sustentação de infraestrutura tecnológica do PJMT | 1 | Gestão de Projetos | Delegação de tarefas/  Profissionais (Com indicativo de salário e IMR) | 3 | **R$ 8.500,00** | **R$19.520,89** | **R$ 58.562,67** | **R$ 702.752,04** | **R$ 1.756.880,10** |
| 2 | Governança de TIC | 3 | **R$ 8.500,00** | **R$19.520,89** | **R$ 58.562,67** | **R$ 702.752,04** | **R$ 1.756.880,10** |
| 3 | Auditoria e Conformidade Pleno | 5 | **R$ 4.000.00** | **R$ 9.683,26** | **R$ 48.416,30** | **R$ 580.995,60** | **R$ 1.452.489,00** |
| 4 | Auditoria e Conformidade Sênior | 2 | **R$ 6.000.00** | **R$ 14.055,55** | **R$ 28.111,10** | **R$ 337.333,20** | **R$ 843.333,00** |
| **VALOR TOTAL ESTIMADO MENSAL – LOTE 2** | | | | **13** | **-** | **R$ 62.780,59** | **R$ 193.652,74** | **R$ 2.323.832,88** | **R$ 5.809.582,20** |
| **Previsão para Hora extra de 3% do valor total da vigência** | | | | | **-** | **R$ 1.883,42** | **R$ 5.809,58** | **R$ 69.714,99** | **R$ 174.287,47** |
| **Previsão para despesa com deslocamento de 1,5% do valor total da vigência** | | | | | **-** | **R$ 941,71** | **R$ 2.904,79** | **R$ 34.857,49** | **R$ 87.143,73** |
| **TOTAL GLOBAL** | | | | | **-** | **R$ 65.605,72** | **R$ 202.367,11** | **R$ 2.428.405,36** | **R$ 6.071.013,40** |

|  |
| --- |
| **OBSERVAÇÃO 1:** Os recursos necessários para o atendimento do objeto são diretamente proporcionais aos níveis de serviço estabelecidos pelo Contratante e às especificações de seu ambiente de infraestrutura tecnológica, principalmente no que tange ao quantitativo de usuário, variedade de aplicativos e abrangência das tecnologias utilizadas. A intenção desta contratação é utilizar este modelo de medição do serviço.  Além das informações do ambiente de infraestrutura tecnológica, outro custo que estará diretamente ligado ao valor global da proposta vencedora do certame e aos níveis de serviço exigidos, são os insumos de mão-de-obra. Os principais custos da empresa contratada serão direcionados para o pagamento dos profissionais que prestarão o serviço.  Assim, para facilitar esta análise de custos, nos atemos a vertente dos insumos de mão-de-obra. Entende-se que, estimar o custo total da mão-de-obra do contrato será o suficiente para embasarmos os custos totais da demanda tratada por este Estudo Preliminar.  Não é possível comparar os preços salarias da convenção coletiva do SINDPD-MT pois possui os cargos pretendidos para esta contratação. Além disso, não são mensurados em sua composição de valores os cursos, certificações e experiências dos profissionais.  Em pesquisa na ferramenta Radar de controle público eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, não foi encontrado registro de contratação pública similar.  Portanto, consoante a pesquisa realizada no Anexo D – Composição da formação de preços salariais dos profissionais, procedemos pesquisa de mercado com os salários praticados para os profissionais especializados, incluímos os valores das seguintes fontes:   * APINFO-2019 – Site dos profissionais de TI; * Guia Salarial Robert Half 2019; * Contrato do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso n. 21/2014; * Guia Hays 2018; * Guia de Salários PageGroup 2019; * Média salarial do Sistema Nacional de Emprego – SINE 2019; * Contrato do Conselho Nacional de Justiça n. 33/2015. * Edital do Pregão Eletrônico n. 4/2017 do Ministério da Educação.   Através da média salarial obtida para cada profissional, utilizamos esses valores para a composição dos preços. Com este custo, aplicamos na planilha de estimativa para os profissionais, conforme arquivo utilizado pela assessoria da CF Contabilidade. |
| **OBSERVAÇÃO 2:** Foram solicitados orçamentos privados, porém até a saída deste documento nos autos do processo, não obtivemos resposta de nenhuma empresa. Em virtude a pesquisa realizada no Anexo D que incluímos os preços de guias salariais e preços públicos. No Anexo A – Listas de Potenciais Fornecedores, são os fornecedores que participaram de licitações similares ao nosso objeto, portanto, possíveis fornecedores que irão participar desta licitação. |

1. http://www.governoeletronico.gov.br/sisp-conteudo/nucleo-de-contratacoes-de-ti/modelo-de-contratacoes-normativos-e-documentos-de-referencia/instrucao-normativa-mp-slti-no04 [↑](#footnote-ref-2)
2. Fonte: Adaptado de ABNT, 2015, p. 7 [↑](#footnote-ref-3)